

GUEI: NEM COMÉDIA NEM DRAMA,
UM PROGRAMA DE TV CONTRA O PRECONCEITO

por

Jorge Luiz da Silva Júnior
(Aluno do Curso de Comunicação Social)

Monografia apresentada à Banca
Examinadora na disciplina Projetos
Experimentais II como requisito para a
graduação em Comunicação Social,
habilitação Jornalismo.
Orientadora acadêmica: Prof^a. Dr^a. Maria
Cristina Brandão

SILVA JÚNIOR, Jorge Luiz da. *GUEI*: nem comédia nem drama, um programa de TV contra o preconceito. Juiz de Fora: UFJF; Facom, 2. sem. 2004, 97 fls. Projeto Experimental do Curso de Comunicação Social.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Ms. Cláudia Lahni – Relatora

Prof. Cristiano Rodrigues – Convidado

Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Brandão – OrientadorA

Aluno: _____
Jorge Luiz da Silva Júnior

Trabalho examinado em: 21 de janeiro de 2005
Conceito:

DEDICATÓRIA

A meus pais, Jorge e Vilma, por serem como são; por terem torcido por este trabalho; pelo amor; por tudo.

AGRADECIMENTOS

À minha avó Aracy, que sempre incentivou minha futura carreira de jornalista.

À minha irmã Lidiane, pelo carinho e pela ajuda na leitura das obras em língua inglesa.

A Marquinho e Oswaldo, que muito influenciaram minha maneira de pensar a homossexualidade como uma questão de cidadania. Agradeço também pelo empréstimo de livros e revistas sem os quais este trabalho seria impossível.

A Alexandre e Flavinho por serem meus quase-irmãos.

À minha orientadora, professora Cristina Brandão, pelos valiosos bate-papos acerca da televisão brasileira e pela paciência em suportar meus atrasos.

A Umberto, Ronaldo, Marco, João Paulo e Eduardo por me fazerem sentir o quão justo é o desejo homossexual.

Um profundo agradecimento à comunidade do Movimento Gay de Minas, pelas discussões, críticas e sugestões de idéias que fizeram nascer este trabalho.

RESUMO

Este é o projeto de criação de um programa de TV que aborda especificamente assuntos relacionados à homossexualidade. O programa nasce a partir da constatação de que a tevê brasileira renuncia o seu papel na formação de identidades gays positivas ao repetir estereótipos como o do homossexual efeminado. Desse modo, a televisão ajuda a criar argumentos que legitimam atitudes preconceituosas contra a homossexualidade. Batizado *GUEI*, o programa ora proposto busca inserir-se na construção de novas imagens da homossexualidade, luta engendrada também pelo movimento homossexual organizado. Para isso, este trabalho faz uma análise dos caminhos percorridos pelo preconceito sexual desde o século XVIII aos dias de hoje. Relata os mecanismos sociais que geram os estereótipos e, ainda, as conseqüências negativas que esses estereótipos trazem para a vida de inúmeras lésbicas e gays. Outro objetivo é formar um repertório básico de programas televisivos que de alguma forma retratam a homossexualidade. Por fim, reúne apontamentos e sugestões acerca de um programa de TV contra o preconceito sexual e a favor da cidadania.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. FAZENDO GÊNERO: HOMEM, MULHER, INVERTIDO E OUTRAS CATEGORIAS	13
2.1. A invenção dos sexos	15
2.2. A inversão dos sexos	17
2.3. O brasileiro “entendido”	20
2.4. A questão das identidades	22
3. O PRECONCEITO SEXUAL: TEORIA E PRÁTICA	25
3.1. Estereótipos, preconceito e discriminação	26
3.2. Homossexualidade e estigma	28
3.3. Preconceito sexual no Brasil: assassinatos de homossexuais e outras violações de direitos humanos	31
3.4. Violência anti-homossexual: uma questão de gênero	35

4. MEIOS DE COMUNICAÇÃO, HOMOSSEXUALIDADE E ESTEREÓTIPOS.	39
4.1. A visibilidade homossexual na mídia	41
4.2. A representação da homossexualidade na televisão brasileira	45
4.2.1. <i>Gays e lésbicas em programas de informação</i>	48
4.2.2. <i>Gays e lésbicas em programas humorísticos e de auditório.</i>	52
4.2.3. <i>Gays e lésbicas em programas de ficção</i>	55
4.3. A TV fora do armário: homossexuais como protagonistas	59
5. GUEI: UM PROGRAMA DE TV CONTRA O PRECONCEITO	65
5.1. Uma comunicação para a cidadania	66
5.2. A proposta	70
5.3. O público alvo	71
5.4. A audiência e o patrocínio	74
5.5. A política editorial e a pauta	77
5.6. O texto	79
5.7. A linguagem do programa.	80
5.8. O formato	82
6. CONCLUSÃO	85
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87

O amor que é essencial,
o sexo um acidente;
pode ser igual,
pode ser diferente...

FERNANDO PESSOA*

1. INTRODUÇÃO

O preconceito sexual contra gays, lésbicas e transgêneros¹ sempre nos incomodou. Diante de imagens culturais estereotipadas, como por exemplo, a do gay efeminado, nos perguntamos porque, afinal de contas, o preconceito existe. Incapazes de aceitar a veracidade desses estereótipos, fomos em busca de respostas. No caminho, deparamo-nos com uma cena veiculada em um programa humorístico da Rede Globo, a maior emissora do Brasil. O diálogo vivido por dois personagens do programa era mais ou menos assim:

Numa praia, pai e filho discorrem acerca do traje que este usará em um baile à fantasia. Ao final da conversa, o filho diz: “– Mas, papi, eu não quero ser o Tarzan. Prefiro brincar de Jane”. O filho abraça-se a um homem musculoso. “– Venha, meu guerreiro”. Juntos, os dois saem de cena. Decepcionadíssimo, o pai pergunta-se: “– Onde foi que eu errei?” Ao fundo, ouve-se um som de muitas gargalhadas, confirmando o aspecto risível da cena intencionado pelos produtores do programa.

Despertados pelo teor preconceituoso de tal cena começamos a perceber que ela se repetia em diversos outros programas da televisão brasileira. Assim, constatamos alguns modos como a homossexualidade aparece em nossa TV. Presumimos um mosaico de imagens acerca de gays e lésbicas, que, geralmente, representa uma

* PESSOA [s.d.] *apud* MORENO (2001, p. 17).

¹ Termo genérico utilizado para designar pessoas que adotam identidades e papéis de gênero opostos aos culturalmente atribuídos ao seu sexo biológico. Assim, a expressão “transgênero” pode ser empregada tanto para descrever *transexuais* (indivíduos que têm convicção de pertencer ao sexo oposto, o que pressupõe desejar suas características fisiológicas, muitas vezes obtendo-as por meio de tratamento e cirurgia de adequação sexual), quanto *travestis* (homossexual que se veste e se comporta como se pertencesse ao sexo oposto, o que, não raro, se complementa com alterações no corpo, alcançadas por meio de terapias hormonais e cirurgias plásticas. Apesar disso, o travesti aceita o sexo biológico com o qual nasceu).

variação sobre o mesmo tema: homossexualidade é sintoma de decadência moral. Coisa do demônio. Tara. Distúrbio sexual. Afronta às leis divinas e pretensamente “naturais” da reprodução da espécie.

Daí, surgiram novas questões: a TV influencia a persistência de estereótipos? Ou suas imagens apenas refletem preconceitos enraizados na sociedade? Ou ainda: até que ponto os conceitos e “verdades” que a televisão divulga ajudam a justificar emoções negativas e violentas contra homossexuais? Que papel a tevê exerce sobre a identidade de inúmeras lésbicas e gays quando os chamam, em cadeia nacional, de “sapatões” e “bichinhas”?

Assim, nos propomos um desafio: será possível projetarmos um programa de TV que, ao invés de alimentar preconceitos, contribua para um maior entendimento e aceitação do desejo homossexual, provocando o respeito à diversidade humana? E, em caso afirmativo, como seria esse programa? De que falaria? A quem estaria endereçado?

São essas questões que orientam a realização do presente trabalho.

Compreendendo a homossexualidade como um conceito socialmente construído, partimos novamente a procura de respostas.

Nossa pesquisa começa em meados do século XVIII, quando a ciência funda o conceito de homossexualidade. A partir daí, surgem histórias, explicações, crenças que, até hoje, influenciam nossas formas de ver a prática de amor e sexo homem com homem, mulher com mulher. Formas que só começaram a ser duramente criticadas com o surgimento da noção de *identidade gay*, na década de 1980. Vale ressaltar que essa identidade não é a única possível ou desejável para todos aqueles que adotam um comportamento homossexual. Sendo assim, visto que o desejo (seja homo ou

heterossexual) é polivalente, talvez seja mais correto falar em homossexualidades, isto é, em várias identidades homossexuais. São essas discussões que apresentamos no primeiro capítulo deste trabalho.

O capítulo dois faz uma análise da discriminação por orientação sexual. Avalia também preconceitos que legitimam a perseguição, punição, mutilação e até mesmo o assassinato de gays, lésbicas e transgêneros. No capítulo seguinte, é estudado como a mídia em geral e a televisão em particular reflete estereótipos sexuais e, no caminho de volta, confirmam e ajudam a disseminar esses mesmos estereótipos. Posteriormente, são examinados alguns programas televisuais que abordam o tema homossexualidade.

Essas reflexões servem de base para que, no quarto capítulo, seja exposto o principal objetivo da nossa pesquisa: reunir apontamentos, idéias, sugestões para o planejamento de um programa de TV sobre assuntos relacionados aos homossexuais.

Partindo da premissa de que “a tolerância para com a homossexualidade seria proveniente de uma mudança de representação dos sexos, não apenas de suas funções, de seus papéis, a nível profissional e familiar, mas de suas imagens simbólicas” (ARIÈS, 1985, p. 80), buscamos criar um programa jornalístico que leve em consideração aspectos de uma comunicação comunitária, a favor da cidadania. *GUEI* é o nome. Nem comédia, nem drama, um programa de TV na luta contra o preconceito.

Vale ressaltar que o termo “homossexual” (e seus derivados) será utilizado aqui como significativo de homens e mulheres cuja sexualidade e afetividade principal está orientada para pessoas de seu mesmo sexo biológico. Não visamos a discutir, de forma alguma, as causas da homossexualidade. Essa orientação sexual será abordada enquanto fato consumado, que não precisa de justificção biológica, psicológica ou social, tal como sugerido por Trevisan (2002).

Além disso, privilegiaremos o uso dos termos “homossexualidade”, “homossexual” e “gay”, esses dois últimos sendo considerados sinônimos. A expressão “homossexualismo” não será utilizada porque o sufixo “ismo” nos remete, freqüentemente, à categoria de doença.

Destacamos também que iremos nos referir preferencialmente a homossexuais do sexo masculino. E isso, devido a três fatos principais: o universo das lésbicas (e a compreensão do preconceito destinado a elas), merece um estudo separado; a prática e o desejo homossexual de mulheres e homens perpassam situações distintas; as fontes bibliográficas sobre a homossexualidade masculina são relativamente escassas, sobre lésbicas, então, são ainda mais raras. Contudo, em alguns momentos do texto, fizemos questão de citar a figura feminina para evitarmos o uso de linguagem sexista. Para isso, seguimos os pressupostos defendidos por Assumpção e Bocchini (2002).

Por motivos similares não abordaremos neste trabalho as vivências específicas de bissexuais e transgêneros, embora iremos nos referir a eles sempre que julgarmos necessário.

PRIMEIRO CAPÍTULO

Só o espírito humano inventa categorias e se esforça por fazer corresponder os fatos a escaninhos separados. (...) Quanto mais cedo compreendermos que esse princípio rege o comportamento sexual do homem, mais cedo chegaremos a uma compreensão sadia das realidades do sexo.

ALFRED KINSEY,
Comportamento Sexual do Homem, 1948*

2. FAZENDO GÊNERO: HOMEM, MULHER, INVERTIDO E OUTRAS CATEGORIAS

“Cada sociedade, classe e região tem a mulher e o homem que merece” (FRY e MACRAE, 1991, p. 10). A afirmação acima resume bem a principal idéia que norteia este trabalho – a de que nossa sexualidade é produto de condições históricas específicas. Circunstâncias essas que, por sua vez, geram discriminação contra práticas sexuais “menos ortodoxas”.

Já o antropólogo Spencer (1999) acredita que “a sexualidade exista em toda a sua profundidade e complexidade, a despeito de como a sociedade tenta controla-la e conduzi-la” (Ibidem, p. 11). Por isso, nossas convicções sobre gênero sexual são construídas socialmente, e não determinadas biologicamente.

Segundo Costa (1995), a noção de homossexualidade também é historicamente datada. Ela depende da idéia de sexualidade, que foi cunhada aos moldes do pensamento da Idade Moderna. Dessa forma, o termo “homossexual” não indica uma realidade em si, mas algo que é produto do vocabulário moral da Modernidade. Por isso, o conceito de homossexualidade é tão socialmente construído como qualquer outro.

Pode-se dizer, então, que as crenças acerca da sexualidade humana surgidas com a Era Moderna influenciam, até hoje, o modo como encaramos o desejo homossexual. E, por conseqüência, são também responsáveis pelo preconceito que atinge a comunidade GLBT².

* KINSEY (1948) *apud* COSTA (1995, p. 15).

² Sigla para Gay, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros.

Nosso objetivo aqui é traçar os caminhos históricos pelos quais passou o preconceito sexual. Portanto, ao analisarmos a criação das categorias “homem”, “mulher”, “heterossexual” e “homossexual”, tais como as conhecemos hoje, consideraremos apenas fatos ocorridos a partir do século XVIII. Isso porque as opiniões atuais sobre as diferenças entre os sexos foram construídas, pouco a pouco, nesse período.

Só a partir daquela época, tornou-se possível imaginar que os seres humanos são ‘natural e originariamente divididos em dois sexos’, e, então, dar sentido a termos ou expressões como homossexualidade, heterossexualidade, ‘pessoas do mesmo sexo’ e ‘pessoas do sexo oposto’. (...) Nossa sexualidade atual, com seus tipos, famílias, gêneros e espécies, era simplesmente impensável e inconcebível em outras épocas. (COSTA, 1995, p. 18)

Assim, não iremos nos ater a outras épocas como a Pré-história e a Antigüidade. Isso porque as sociedades desses tempos não partilham nossas convicções morais, científicas, religiosas ou estéticas sobre o que é sexo. Para a maior parte dos pesquisadores dessa área, a maneira como a sexualidade é expressa sofre influência da cultura, tradição, economia, propriedade de terra, princípios éticos, identificação social. Assim, “não há orgasmo sem ideologia” (SULLIVAN, 1996, p. 61).

Nesse sentido, uma breve revisão histórica do conceito de homossexualidade revela o quanto ele é determinada por noções forjadas pela filosofia, medicina, psiquiatria e direito. Revela ainda as formas pelas quais a ciência constrói idéias, causas e definições sobre essa orientação sexual. Assim, desde o século XVIII, a homossexualidade vem sendo considerada doença, vício, desequilíbrio hormonal, pecado, crime, imoralidade. Tais estereótipos só começaram a ser questionados a partir do surgimento, na década de 1970, do movimento homossexual organizado e de sua luta pela construção de uma “identidade gay” possível.

Assim, história e psicologia se unem para levantarmos algumas considerações sobre que sexualidade é essa da qual estamos falando.

2.1. A invenção dos sexos

No ocidente, até o século XVIII, a ciência explicava a sexualidade de acordo com o modelo unissexual (*one-sex model*). Assim, a mulher era entendida como sendo um homem invertido e inferior. “Invertido” porque possuía os mesmo órgãos genitais masculinos, só que dentro e não fora do corpo; e “inferior” porque o grau máximo de perfeição do corpo humano só poderia ser alcançado pelo homem. Dessa forma, do ponto de vista científico, só havia um sexo, cuja realização máxima se traduzia no corpo masculino (LAQUEUR, 2001).

Entretanto, isso não significava que homens e mulheres fossem confundidos. Eles e elas se diferenciavam por outros critérios que não o sexual. Já que homens e mulheres ocupavam posições sociais diferentes, a distinção entre eles e elas era percebida, só não era explicada pela oposição originária entre os sexos. O que atualmente chamamos de *sexo* era a palavra usada para nomear apenas os órgãos reprodutores.

No final do século XVIII e início do século XIX, o Iluminismo e a Revolução Burguesa mudaram a realidade social. Alterou-se também a forma como ciência e medicina percebiam a anatomia da mulher. A partir do surgimento de uma nova ordem

política, econômica e social, as diferenças entre homens e mulheres começaram a ser pensadas em termos de oposição. Surgia, assim, o modelo bissexual (*two-sex model*).

Agora, parte-se do princípio de que existe um dimorfismo original e radical da sexualidade. Os sexos são diferentes em todos os aspectos: corpo, alma, físico e moral. Contudo, essas novas formas de interpretar o corpo não foram consequência de um maior conhecimento científico específico. Elas foram pensadas primeiro por filósofos e moralistas, antes de qualquer prova empírica de sua existência. “Só houve interesse em buscar evidência de dois sexos distintos, diferenças anatômicas e fisiológicas concretas entre o homem e a mulher, quando essas diferenças se tornaram politicamente importantes” (LAQUEUR, 2001, p. 21).

Ao que parece, a reinterpretação dos corpos humanos segundo a teoria da bissexualidade original foi uma solução exigida pelos problemas políticos e ideológicos postos pela revolução burguesa. No Antigo Regime, as mulheres eram consideradas desiguais e inferiores aos homens. Com o Iluminismo, a mulher tornou-se, em princípio, igual ao homem perante a lei, pois todos eram seres racionais.

O problema dessa teoria (do contrato social) era como legitimar como ‘natural’ o mundo real de domínio do homem sobre a mulher, de paixão sexual e ciúmes, de divisão sexual no trabalho e de práticas culturais geralmente advindas de um estado original de ausência de gênero. (Ibidem, p. 244)

O dilema foi resolvido construindo-se a diferença social e cultural dos sexos. Uma nova interpretação da natureza passa a justificar o que de outra forma seriam práticas sociais indefensáveis. Em outras palavras: devido a uma incômoda igualdade jurídica e política entre homens e mulheres, optou-se por marcar os corpos com a diferença entre os sexos. A teoria científica da bissexualidade nascia do interesse de

filósofos, moralistas e políticos em encontrar um critério natural para legitimar a inferioridade política e moral da mulher.

2.2. A inversão dos sexos

A distinção entre homens e mulheres criou a oposição radical dos gêneros masculino e feminino. A classificação passou a depender do sexo biológico portado pela pessoa e definido a partir dos órgãos sexuais. Após essa bissexualização dos corpos, veio a bissexualização do psiquismo. No *one-sex model*, a mulher era um homem invertido e inferior, no entanto, importante para a reprodução da espécie humana. No *two-sex model*, a mulher se tornou o oposto complementar do homem. Assim, a categoria inversão passou a designar o homossexual.

Sua inversão será perversão porque seu corpo de homem será portador da sexualidade feminina que acabara de ser criada. O invertido apresentava um duplo desvio: sua sensibilidade nervosa e seu prazer sensual eram femininos. Seu sexo foi, por isso mesmo, definido como contrário aos interesses da reprodução biológica. (COSTA, 1995, p. 129)

A partir desse momento, as pessoas passaram a ser divididas em heterossexuais e homossexuais, categorias inviáveis antes da construção da diferença sexual entre homens e mulheres. Toda a diversidade da sexualidade humana submeteu-se a categorias dualistas extremamente rígidas, tais como mulher e homem; heterossexual e homossexual; certo e errado, normal e anormal (BARCELOS, 1998).

Portanto,

o homossexual será alinhado aos velhos libidinosos, celibatários, sífilicos e libertinos, como a antinorma paroxística da figura do homem-pai. Desde então, a feminilidade do homossexual vai ser afirmada, a despeito de qualquer contra-exemplo empírico ou de qualquer incongruência conceitual. Ele tinha que 'ser feminino', pois, não sendo feminino, não tinha como ser 'invertido'. O homossexual tornou-se a prova teórica do *two-sex model* político-moral. Sem ele, a demonstração de que existe um sexo, diferente de sua divisão anatômica em dois sexos, ficaria mais difícil de ser mostrada. Nele, estava a prova de que 'o sexo' da mulher pode habitar o corpo do homem. Todos os invertidos mostravam isso; todos os invertidos eram a prova disso. (COSTA, 1995, p. 129)

Junto com outros “perversos”, o homossexual começou a ser rigorosamente estudado pela ciência. Ele e as mulheres históricas eram vistos como uma grave ameaça à família, à raça e à sociedade. Ambos, então, passaram a ser comparados a: homicidas, criminosos, viciados, doentes venéreos, suicidas, prostitutas, alcoólicos e doentes mentais.

Desse modo, a invenção da homossexualidade aliou-se a pesquisas em busca dos fatos que dariam origem ao desejo homossexual. Primeiramente, ele foi definido como uma perversão do instinto sexual. A justificativa para tal definição era a seguinte: o instinto sexual humano tinha uma finalidade única – a reprodução biológica por meio das relações sexuais entre homens e mulheres. Assim, tudo que fugia a essa finalidade podia ser definido como um desvio ou perversão da meta tida como “natural”. O normal e o anormal em relação às condutas sexuais tornaram-se, então, idéias concebíveis.

Depois de perversão do instinto sexual, a homossexualidade masculina passou a ser um atraso evolutivo, que se manifestava pelo funcionamento feminino do homem.

Por sua vez, a psiquiatria foi progressivamente definindo a personalidade do homossexual como sendo patológica. Ele não era apenas invertido no que diz respeito

ao desvio do instintivo sexual. Era também sentimental e psicologicamente invertido porque se comportava de maneira feminina. O homossexual passou a ser explicado como tendo uma suposta “personalidade típica de mulher”: ambos seriam impressionáveis e gostariam de coisas fúteis, de acordo com o pensamento da época.

O próprio vocabulário da época confirmava esse raciocínio. Durante o século XVIII e até meados do século XIX, o termo corrente para designar pessoas homossexuais era a palavra “invertido”. Essa expressão sugeria que todo homossexual era portador de uma inversão sexual.

Segundo Trevisan (2002), a expressão “homossexualismo” só teria sido criada em 1869 pelo médico austro-húngaro Karl M. Kertbeny. O termo alterou a idéia que se tinha acerca das pessoas homossexuais, instaurando um conceito sobre elas. “A criação de uma palavra corresponde, nesse caso, à criação de uma essência, de uma doença psíquica e de um mal social” (BADINTER, 1992, p. 102).

Assim, nascia uma “espécie” homossexual coerente, homogênea e com características físicas singulares. Acreditava-se, por exemplo, que a homossexualidade podia ser detectada nos homens através de evidências físicas, como deformidades no pênis e no ânus; e psíquicas, como uma maior propensão ao vício (ARIÈS, 1985).

Dessa forma,

o homossexual do século XIX tornou-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que é, no fim das contas, escapa à sexualidade. (...) agora o homossexual é uma espécie. (FOUCAULT, 1999, p. 43-44)

Para Foucault, estudar o homossexual e suas patologias tornou-se indispensável a partir do momento em que o sexo, sua norma e seus desvios se transformam em

elementos político e socialmente relevantes. Surgiam, então, nossas crenças “civilizadas” sobre o que seria a homossexualidade e, com elas, fundamentos para a manifestação de preconceito sexual, do modo como vemos hoje.

2.3. O brasileiro “entendido”

De acordo com Green (1999), a patologização da homossexualidade no Brasil está inserida no processo descrito anteriormente neste trabalho.

Durante os primeiros 50 anos do século XX, a visibilidade dos homossexuais masculinos começava a crescer. Gays já podiam ser visto, sobretudo os “efeminados”, andando pelas ruas do Rio de Janeiro e São Paulo. Desde essa época, os homossexuais são percebidos pela maioria dos brasileiros segundo uma teoria de gênero corrente em nossa sociedade: os homens estariam divididos em homem “verdadeiro” (ativo e penetrador) e “bicha” (passivo e efeminado).

Para a ciência da época, a homossexualidade seria uma desordem nas noções de papéis de gênero “apropriados”³, tal como eram concebidas pelos médicos e criminologistas⁴. Por esse motivo, a medicina, as instituições legais e psiquiátricas, a família, a Igreja, e a sociedade juntaram esforços para estudar e combater (leia-se

³ Segundo um tradicional pensamento que persiste até hoje, essa desordem é motivada pelo fato de que os homossexuais – passivos – negariam seu sexo biológico e, assim, exerceriam um papel sexual feminino, apesar de terem nascido homens – ativos (FRY e MACRAE, 1991).

⁴ No Brasil, já em meados do século XIX, a homossexualidade passou a ser tratada como crime passível de detenção, já que, para muitas pessoas, esse era um “problema social” que deveria estar sob responsabilidade do Estado. Já a medicina supunha que os homossexuais sofriam de desequilíbrio hormonal (TREVISAN, 2002).

“curar”) a homossexualidade. Assim, quando não eram presos, os homossexuais eram confinados em hospitais psiquiátricos, onde sofriam “tratamentos médico-pedagógicos”.

Contudo, no final da década de 1960, mudanças culturais trazidas pela Revolução Sexual discutiam valores como: os papéis sexuais tradicionais; o lugar ocupado pela mulher na sociedade; e a teoria de gênero que justificava a divisão entre homens verdadeiros e bichas.

Durante o mesmo período, surgia uma nova identidade homossexual de classe média. Tal identidade pode ser evidenciada pela popularização do termo “entendido”, equivalente nacional do americano “gay”, surgido na mesma época.

Segundo antropólogos, o entendido rejeitava os termos pejorativos, ligados ao gênero, tais como *viado*, *louca* ou *bicha*, assim como o comportamento vistoso e afetado. Ao contrário, o entendido preferia um termo de definição de sua identidade que refletisse uma *persona* pública mais resguardada. Além disso, MacRae (um dos autores do livro *O que é Homossexualidade*) sugeriu que o entendido adotava um novo comportamento sexual ‘igualitário’, que não imitava a díade ativo/passivo, masculino/feminino associada à interação tradicional, hierárquica, homem/bicha. (GREEN, 1999, p. 308 [grifos nossos])

A expressão “entendido” surgiu nos anos 40, mas, entre as décadas de 1960 e 1970, passou a ser usada para referir-se a um homossexual que não adotava um papel de gênero masculino ou feminino. A princípio utilizado apenas por homossexuais, o termo não remetia ao preconceito da palavra “viado”, já comum na época. E, assim, o modelo bicha/homem, ativo/passivo vai se transformando pouco a pouco em homossexual/homossexual.

A tensão entre os gays efeminados e aqueles com uma identidade mais masculina torna-se cada dia maior. Tanto que, na década de 1980, o termo “entendido” dá origem ao que chamamos de identidade gay. A partir desse momento, ambos os modelos de construção de identidade passam a operar simultaneamente. Sendo que a

díade bicha/homem verdadeiro predomina nas classes populares e a identidade gay passa a ser cada vez mais adotada pela classe médica urbana.

2.4. A questão das identidades

Entre os anos de 1969 e 1980, a chamada identidade gay surgiu, nas grandes cidades brasileiras, juntamente com os primeiros movimentos pelos direitos dos homossexuais. A construção dessa identidade foi um processo gradual, que começou nos anos 50 e 60, mas se estabeleceu na década de 70. Ela aconteceu graças, entre outros fatores: ao espaço social conquistado por homossexuais nos anos 60; à difusão de idéias do movimento gay internacional⁵; e a uma série de mudanças culturais trazidas pela Revolução Sexual. A partir dela, ativistas homossexuais e diversas feministas aliaram-se contra o sexismo e a cultura machista, lançando as bases para a construção de uma identidade e um movimento homossexual organizado⁶.

Cabe aqui uma discussão mais aprofundada acerca do que seria essa identidade gay. De acordo com Nunan (2003), o termo “identidade” pode ser definido como um fator diferenciado que certas pessoas têm em relação às posições sociais e políticas correntes em uma determinada cultura. Portanto, em nossa sociedade, as pessoas são categorizadas de acordo com a forma pela qual elas se distanciam dos valores culturais

⁵ Já nos seus primórdios, no início da década de 1970, o movimento gay internacional caracteriza os homossexuais como uma minoria oprimida e prega a auto-afirmação e adoção de uma identidade sexual positiva como um meio de superar o preconceito.

⁶ Para um maior debate da relação entre movimento homossexual e feminista, ver Fry e MacRae (1991).

predominantes⁷. Na impossibilidade de se identificarem com o grupo heterossexual, muitos gays e lésbicas acabam lutando por uma identidade própria, cujo um dos componentes é o desejo homossexual (SOUZA, 1989).

Seguindo esse raciocínio, a concepção de identidade adotada neste trabalho se baseia nas idéias de Goffman (1988). De acordo com esse autor, “as pessoas que têm um estigma particular (nesse caso, a homossexualidade) tendem a ter experiências semelhantes de aprendizagem relativa à sua condição e a sofrer mudanças semelhantes na concepção do eu” (Ibidem, p. 41).

Em outras palavras, muitos homossexuais vivem uma seqüência parecida de eventos que afetam sua visão de mundo. E é assim que se pode pensar na aquisição de uma identidade gay, formada a partir de duas dimensões: a de como o indivíduo se reconhece – e se identifica com seus iguais – e a de como o indivíduo é visto pela sociedade – se contrapõe aos grupos diferentes do seu.

Quando falamos de identidade gay deixamos claro que a homossexualidade é apenas um aspecto da vida dessas pessoas. Sendo assim, elas não podem ser reduzidas a isso: “(a qualidade de homossexual) será um adjetivo a mais num conjunto inevitável de qualificativos, que definirá alguém como homossexual além de brasileiro ou inglês, nordestino ou gaúcho, jovem ou velho, alto ou baixo, etc.” (TREVISAN, 2002, p. 40).

Em contraposição, sabe-se que a homossexualidade afeta grandemente a inserção social e a vivência das pessoas que a manifestam. Dessa forma, não se pode ignorar a importância da identidade gay, sobretudo para o movimento homossexual, fundando na construção de uma identidade possível.

⁷ No caso brasileiro, esses valores seriam o de um homem branco, heterossexual, jovem, rico e bonito.

SEGUNDO CAPÍTULO

... enquanto crianças e adolescentes, negros, judeus, deficientes físicos são ensinados por seus pais e familiares a enfrentar o preconceito e hostilidade da sociedade global, desenvolvendo seu orgulho étnico ou racial e sua auto-estima, para os jovens homossexuais ocorre exatamente o contrário: é dentro de casa e por parte dos parentes mais próximos que primeiro, e de forma mais cruel, se manifesta a crueldade da discriminação.

LUIZ MOTT e MARCELO CEQUEIRA,
2001*

3. O PRECONCEITO SEXUAL: TEORIA E PRÁTICA

Desde a década de 1950, vários pesquisadores debruçam-se sobre teorias distintas para explicar o preconceito. Cada uma delas focalizando determinados aspectos do fenômeno. Dessa compilação de definições, surgem teorias que encaram o preconceito como: irracional ou injustificado; fruto de defesas inconscientes; expressão de necessidades patológicas; influenciado por normas sociais; manifestação de interesses grupais; ou como inevitável consequência da categorização social. Tal processo divide as pessoas em grupos: os seus próprios versus os dos outros, o que poderia despertar respostas discriminatórias contra o grupo que não é o seu (RODRIGUES et al., 1999).

Apesar desse grande número de abordagens, estudos recentes aceitam a idéia de que um dos fatores mais relevantes à investigação acerca do preconceito é o de que ele é histórica e socialmente construído.

... segregação, preconceito e discriminação (...) não são resultados inevitáveis de processos biológicos ou cognitivos. Argumentamos, pelo contrário, que eles refletem a emergência histórica de comportamentos e sistemas de crenças específicas que equacionam diferenças físicas e culturais como 'bondade' e 'maldade' dentro da espécie humana. Tais comportamentos e crenças surgirão apenas como uma consequência de histórias de opressão particulares. (GAINES e REED, 1995 *apud* NUNAN, 2003, p. 59)

Neste trabalho, o preconceito será analisado tomando por base definições com as quais concordam a maioria dos estudiosos de psicologia social. Seguiremos os caminhos de análise do preconceito sexual, propostos por Rodrigues et al. (1999) e Nunan (2003). Assim, buscamos desvendar as nuances que se escondem atrás desse fenômeno e de suas consequências, ora sutis, ora extremamente violentas.

3.1. Estereótipos, preconceito e discriminação

* MOTT e CERQUEIRA, 2001.

De acordo com Aronson (1999), o preconceito pode ser definido como uma atitude hostil ou negativa contra determinado grupo. Sendo que, tal atitude, é baseada em generalizações deformadas ou incompletas, chamadas *estereótipos*. Por sua vez, estereótipos dizem respeito à atribuição de características pessoais ou aspectos idênticos a qualquer pessoa de um grupo, sem considerar as variações individuais.

Os estereótipos são ao mesmo tempo a causa e a consequência do preconceito. Eles atuam como uma espécie de atalho para entendermos o complexo mundo que nos rodeia. Simplificam e agilizam nossa visão do universo, fazendo-nos julgar pessoas ou situações em termos de categoria. “(com os estereótipos) tendemos a enfatizar o que há de similar entre pessoas, não necessariamente similares, e a agir de acordo com esta percepção” (RODRIGUES et al., 1999, p. 150).

A consequência negativa dos estereótipos está nas generalizações incorretas que fazemos sobre determinada pessoa. Por esse motivo, não permitem que ela seja vista e tratada como um indivíduo singular, negando-lhe inclusive direitos morais e legais⁸.

O processo de imputar generalizações às pessoas é chamado de rotulação social e não deixa de ser um tipo especial de preconceito. A rotulação serve para facilitar nossas relações interpessoais. Por meio dele, atribuímos a certos indivíduos determinadas características que nos permitam antecipar seus comportamentos. Por isso, atribuir um rótulo a alguém distorce nossa percepção sobre essa pessoa.

⁸ Barcelos (1998), afirma que o estereótipo também pode ser visto como uma forma de controle social. É nesse sentido que propomos um estudo da televisão como disseminadora de rótulos sociais.

Predispõe-nos a encontrar comportamentos que sejam compatíveis com o rótulo, mesmo diante de fatos que o contradigam.

Segundo Rodrigues et al. (1999) a maioria dos estereótipos não se baseia em experiências válidas. Mas sim, origina-se das posições socioeconômicas que determinados grupos mantêm na sociedade. Podem também ser influenciados por boatos ou imagens muitas vezes forjadas pelos meios de comunicação.

Das diversas “causas” do preconceito, a que mais nos interessa a ser estudada aqui está relacionada com a aprendizagem social⁹. Esse fenômeno sugere que o preconceito é criado e mantido por forças culturais. Assim, estereótipos fariam parte de um conjunto de normas e crenças sociais acerca dos comportamentos que são corretos e permitidos. Como essas crenças não são universais, o que é aceitável para uma cultura pode não o ser para outra. Desde cedo, as pessoas aprenderiam (em casa, na escola, na Igreja, com amigos e por meio da mídia e das artes) as atitudes e comportamentos partilhados por sua comunidade, incluindo aí, preconceitos e estereótipos.

De tanto viver relações de desigualdade, os indivíduos acabam percebendo situações preconceituosas como se fossem “naturais”. Daí, justifica-se a conformidade com idéias estereotipadas. “Com o intuito de ser aceito, não sofrer punições ou realmente acreditar na veracidade dessas idéias, o indivíduo termina corroborando determinados preconceitos que se perpetuam ao longo do tempo” (NUNAN, 2003, p. 68).

⁹ De acordo com Rodrigues et al. (Ibidem) as causas possíveis para o preconceito podem ser classificadas, didaticamente, em quatro grandes categorias, segundo quatro teorias distintas. São elas: competição e conflitos econômicos e políticos; o papel do “bode expiatório” (também chamada de “deslocamento da agressividade”); fatores de personalidade; e causas sociais como a aprendizagem, estudada em nosso trabalho.

Assim, juntos, estereótipos e preconceito geram discriminação. A palavra designa comportamentos negativos em relação a um determinado grupo. Pode ir desde um tratamento diferenciado, passando por expressões verbais hostis e de desprezo, e chegando ou não a atos manifestos de agressividade.

3.2. Homossexualidade e estigma

Segundo Goffman (1988), o termo “estigma” refere-se a qualquer atributo que pode tornar uma pessoa profundamente desacreditada perante a sociedade. Esse atributo diminui-la em nossas mentes a um indivíduo maculado, que pode ser descartado a qualquer momento. Ela é defeituosa aos olhos dos outros e está inabilitada para a aceitação social plena.

Uma pessoa estigmatizada tem características que exprimem uma identidade social depreciada. Nessa pessoa, o estigma é sinalizado por uma determinada qualidade física ou mental desvalorizada. Contudo, Goffman deixa claro que os estigmas são socialmente construídos. E isso significa que as características que são estigmatizadas em uma determinada sociedade podem não o ser em outra. Nesse sentido, o que é depreciado não é o estigma em si, mas o que ele simboliza.

Também segundo Goffman, existem três condições distintas que podem estigmatizar o indivíduo: estigmas tribais (familiares, passados de geração para geração, incluindo pertencimento a determinados grupos raciais, nacionais, étnicos ou religiosos); abominações do corpo (características físicas tais como “defeitos” corporais

e desfigurações) e culpas no caráter individual (relacionadas com a personalidade ou comportamento do indivíduo, incluindo doenças mentais, vícios, crimes e homossexualidade).

Concluindo essa idéia, o autor enumera seis planos nos quais as condições estigmatizantes podem variar. No caso da homossexualidade, as duas mais importantes são *o ocultamento* (se o estigma pode ser ocultado ou não) e *a origem* (como o estigma foi adquirido e quem é o responsável por ele).

Referindo-se ao ocultamento, Goffman (1988) classifica os indivíduos com um estigma em *desacreditados* ou *desacreditáveis*. No primeiro caso, o estigma é imediatamente evidenciado ou já é conhecido pelas pessoas à sua volta. No segundo, o estigma não está aparente de imediato e nem se tem dele um conhecimento prévio. Esse seria o caso, por exemplo, dos homossexuais.

Na situação do indivíduo desacreditado, o problema que se coloca é o controle da tensão gerada durante os contatos sociais; no caso do desacreditável, é o controle da informação sobre o seu estigma. “Exibi-lo ou ocultá-lo; contá-lo ou não contá-lo; revelá-lo ou escondê-lo; mentir ou não mentir; e, em cada caso, para quem, como, quando e onde” (Ibidem, p. 51).

Assim, chama-se *encobrimento* ao fato de a pessoa estigmatizada esconder e manipular informações sobre sua verdadeira identidade. Ela passa a receber e aceitar um tratamento baseado em falsas suposições a seu respeito. Nesse tipo de situação, homossexuais, exercendo um controle estratégico sobre sua imagem, tentariam se passar por héteros. A intenção é evitar que sua identidade real perturbe suas relações sociais.

Comumente, gays e lésbicas levam uma “vida dupla”, prevenindo-se de todas as formas possíveis de serem “pegas em flagrante”. Dessa forma, podem passar o resto da vida sofrendo de uma pressão crescente para elaborar mentiras, uma atrás da outra.

O indivíduo que encobre sua ‘verdadeira’ identidade também paga um alto preço psicológico por esta atitude, apresentando com freqüência um elevado nível de ansiedade, por viver uma vida que pode entrar em colapso a qualquer momento. Para não revelar seu estigma inadvertidamente, esses indivíduos precisam estar constantemente atentos para aspectos da situação social que outras pessoas não percebem ou às quais não dão muita importância. Aquilo que para as pessoas não-estigmatizadas é um ato rotineiro pode tornar-se um grave problema de manipulação para os estigmatizados que, por este motivo, deixam muitas vezes de aproveitar as coisas simples da vida. (NUNAN, 2003, p. 75)

Assim, com a intenção de evitar desgastes psíquicos, muitas pessoas optam voluntariamente por revelarem-se. E, dessa forma, deixam de ser indivíduos desacreditados (que precisam manipular informações) para transformarem-se em desacreditáveis (que precisam manipular situações sociais difíceis). No caso dos homossexuais esse processo é denominado “saída do armário”, ou assumir-se.

A maioria dos pesquisadores defende a idéia de que o estigma pode trazer uma série de conseqüências negativas para quem o possui.

No contexto de seu status de minoria sexual, lésbicas, gays e bissexuais experienciam homofobia e estigmatização, o que os coloca em risco para sofrer eventos de vida negativos, especificamente eventos relevantes para a homossexualidade (ex. perda de emprego, moradia ou custódia dos filhos; violência e discriminação decorrente de sua orientação sexual), assim como problemas diários mais crônicos (ex. escutar piadas preconceituosas, estar sempre na defensiva). (DIPLACIDO, 1998 *apud* NUNAN, 2003, p. 85)

Seguindo o raciocínio, quando o estigma é muito forte ou negativo, membros do grupo-alvo tendem a aceitá-lo ou incorpora-lo à sua auto-imagem. Esse preconceito

sexual internalizado pode ir desde questionamentos sobre seu próprio valor como indivíduo até o ódio por si mesmo,

... provocando, entre outros, depressão, sentimentos de culpa, medo, desconfiança, confusão, insegurança, ansiedade, vergonha, isolamento social, dificuldade de estabelecer e manter relacionamentos amorosos, violência doméstica, disfunções sexuais, hostilidade, abuso de álcool ou drogas, distúrbios alimentares ou ideação suicida e comportamento ou ideação suicida. Dificulta, igualmente, a adoção de uma identidade gay positiva ... (NUNAN, 2003, p. 86-87)

Além do mais, no caso de sofrerem algum tipo de discriminação ou violência, os indivíduos estigmatizados tendem a colocar a culpa em si mesmo (pois acreditam que mereceram o castigo), o que diminui ainda mais sua auto-estima já que

... os padrões que ele (o indivíduo estigmatizado) incorporou da sociedade maior tornaram-no intimamente suscetível ao que os outros vêem como seu defeito, levando-o inevitavelmente, mesmo que em alguns poucos momentos, a concordar que, na verdade, ele ficou abaixo do que realmente deveria ser. A vergonha se tornou uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um de seus próprios atributos é impuro. (GOFFMAN, 1988, p. 17)

3.3. Preconceito sexual no Brasil: assassinatos de homossexuais e outras violações de direitos humanos

O preconceito contra homossexuais é freqüentemente chamado de *homofobia*. Na literatura especializada, também aparece termo *heterossexismo*. O primeiro, pode ser definido como uma aversão ou medo irracional de homossexuais, entendido como uma fobia individual. Já o heterossexismo se apresenta como um termo similar a racismo. Ele descreve um sistema ideológico, social e institucional que coloca a homossexualidade como inferior à heterossexualidade.

No entanto, acreditamos que o estudo do preconceito contra lésbicas e gays não deve considerar apenas motivações pessoais (ao chamá-lo de homofobia), e nem somente julgamentos morais sobre a homossexualidade (como fazem estudos acerca do heterossexismo). Por isso, neste trabalho, optamos por usar o termo *preconceito sexual*. A expressão é aqui definida como conjunto de atitudes negativas direcionadas a uma determinada pessoa – ou grupo – por causa de sua orientação sexual.

Estima-se que, no Brasil, a grande maioria dos heterossexuais apresente algum grau de preconceito contra a população GLBT. Para aquelas pessoas, o desejo homossexual seria errado e inaceitável (DA MATTA *apud* MAZZARO, 1999). De acordo com Mott (1996), no Brasil, lésbicas, gays e transgêneros contam com uma rejeição de 78% entre a população geral e 82% entre os formadores de opinião (inclusive políticos, juristas, executivos, comunicadores e religiosos). Em nosso país,

os homossexuais são freqüentemente taxados de anormais, imorais, pecadores, marginais, pedófilos, promíscuos, doentes, efeminados, complicados e pouco confiáveis. A AIDS é considerada uma “doença gay”, e é comum ouvir dizer que a epidemia “veio para punir esses pervertidos”. Assim, são justamente estas características, impressionantes e inquantificáveis, que definem a maioria dos estereótipos contra os homossexuais, e após a ativação do estereótipo, o indivíduo preconceituoso com freqüência sente repugnância, desconforto e confusão. (NUNAN, 2003, p. 79-80)

Em conseqüência disso, homossexuais são profundamente discriminados. Eles têm seus direitos humanos violados em diversos setores da sociedade, inclusive no acesso ao trabalho e moradia, locais públicos, instituições escolares; e em diversos órgãos governamentais, tais como a polícia e o exército. Goffman (1998) faz uma interessante análise dessa negação de direitos a pessoas estigmatizadas. “Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais

efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida” (Ibidem, p. 15).

Um estudo realizado pelo Instituto Mori Brasil, em 1998, entrevistou mulheres e homens entre 16 e 70 anos de idade, com escolaridade a partir do ensino fundamental, em Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Os dados levantados evidenciam claramente o preconceito contra homossexuais no Brasil. Para 47% dos entrevistados, a homossexualidade é pecado ou distúrbio psicológico. Para 28%, é doença física. 56% não apoiariam a opção de um filho que decidisse unir-se à outra pessoa do mesmo sexo (VELLOSO, 1999).

Pesquisas realizadas pelo jornal *Folha de São Paulo* também em 1998 revelam outros números: 54% dos entrevistados são contra a legalização da união civil entre homossexuais; 62% opõem-se à adoção de crianças por casais de mesmo sexo (O RELATÓRIO ... , 1998).

No Brasil, o desconforto diante da homossexualidade ainda persiste. É o que revela números levantados pela reportagem *O que é ser gay no Brasil*, publicada na revista *Veja* de 12.05.93. Em uma amostra de 2 mil homens e mulheres brasileiras, 50% deles confirmam ter contato diário com homossexuais no trabalho, em sua vizinhança; ou nos bares e clubes que freqüentam. Porém, 56% admitiram que mudariam seu comportamento em relação a um colega caso descobrissem que ele ou ela é homossexual. Um em cada cinco entrevistados romperia de vez qualquer forma de contato com essa pessoa.

Entres as pessoas que participaram da pesquisa, 36% não empregariam um ou uma homossexual, mesmo que ele ou ela fosse a pessoa mais qualificada para o cargo. Por fim, 79% não aceitariam que seu filho saísse com um amigo gay (SILVA, 1994).

Por sua vez, os dados sobre a violência física contra gays, lésbicas e transgêneros também destacam a intolerância brasileira.

Um relatório acerca do Disque Defesa Homossexual (DDH), da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, contabiliza o recebimento de 500 ligações nos primeiros dezoito meses de funcionamento do serviço (junho de 1999 a dezembro de 2000). Desses telefonemas, 63,% denunciaram assassinatos; 18,7%, agressão física e 10,3%, extorsão policial (BRASIL ... , 2004).

Segundo Mott (1996),

apesar de nos últimos anos notar-se uma maior visibilidade dos homossexuais e um crescimento e diversificação dos grupos de defesa de seus direitos e cidadania, observa-se um aumento quantitativo e qualitativo da homofobia no país: nos últimos cinco anos (entre 1992 e 1996) o número de assassinatos de gays e travestis quase duplicou em comparação com o quinquênio anterior (Ibidem, p. 135-136).

E não paramos por aqui. Dados levantados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) revelam que, em 2002, foram assassinados 126 homossexuais. O que significa dizer que a cada três dias um homossexual é brutalmente assassinado no Brasil. Essas estatísticas foram ratificadas por relatórios da Anistia Internacional, do Departamento de Estado americano e da Associação Gay e Lésbica Internacional. Tais informações classificam o Brasil como campeão mundial de assassinatos lésbicas, gays e transgêneros (MOTT, 2003).

Em termos de violência *anti-homossexual* nosso país equipara-se a outros como Irã, Arábia Saudita, Afeganistão, Mauritânia, Sudão, Paquistão, Emirados Árabes Unidos, Iêmen e Nigéria, onde a homossexualidade é considerada crime passível de morte (MOTT; YONARA, 1999). Para efeito de comparação, Mott (2000b) menciona que os Estados Unidos registraram “apenas” 150 assassinatos de homossexuais entre

os anos de 1998 e 1999. E isso, com uma população total de 250 milhões de habitantes, ou seja, 50% a mais do que a brasileira.

Torna-se importante ressaltar que, aos falamos em assassinatos de homossexuais, estamos nos referindo exclusivamente a homicídios cujo principal motivo foi a orientação sexual da vítima. Assim, não estamos considerando casos em que o crime ocorreu por outras razões. Esse tipo de assassinato é freqüentemente chamado de “crime de ódio”. A expressão inclui crimes nos quais a pessoa é vitimizada devido a sua raça, religião, nacionalidade, orientação sexual, sexo ou deficiência. Dessa forma, “os crimes de ódio homofóbico caracterizam-se pela extrema violência, seja pelo grande número de golpes desferidos contra a vítima, pela crueldade do ferimento, seja pelo concurso de diversos modos de tortura” (MOTT, 2000a, p. 94-95)¹⁰.

3.4. Violência anti-homossexual: uma questão de gênero

Ao analisar as características dos assassinatos de gays, lésbicas e transgêneros, Nunan (2003) cita uma interessante análise do psicólogo K. Franklin (1998) sobre o tema. Segundo ele, a violência contra homossexuais mostraria-se como uma expressão cultural de estereótipos e expectativas relativas ao comportamento masculino e feminino “apropriado”. Assim, os ataques a pessoas que se desviam de papéis de

¹⁰ Os dados listados neste capítulo contribuíram para que o governo brasileiro finalmente reconhecesse, em seu Programa Nacional de Direitos Humanos, que os homossexuais estão entre os grupos mais vulneráveis da sociedade. Tanto que, em 25 de maio de 2004, foi lançado o programa *Brasil Sem Homofobia*. O documento propõe uma série de 53 ações que visam a combater o preconceito e a violência contra homossexuais no país. Essas propostas determinam a implantação de políticas públicas “anti-homofóbicas” em áreas como justiça, segurança, educação, saúde, trabalho e cultura (BRASIL ... , 2004).

gênero tradicionais poderiam ser compreendidos como uma forma socialmente aprendida de controlar esse desvio. Desse modo, a sociedade manteria uma rígida distinção entre os sexos.

Em outras palavras, os homossexuais se tornam uma ameaça não por violar tabus sexuais, mas por ir contra normas de gênero. De acordo com diversos autores, é também por isso que homens heterossexuais tendem a ser mais preconceituosos contra gays do que mulheres heterossexuais.

Na cultura ocidental existe uma forte correlação entre masculinidade e heterossexualidade. Essa analogia faz com que os homens sintam-se o tempo todo pressionados a afirmar sua masculinidade. E, assim, rejeitam elementos que não sejam culturalmente definidos como masculinos (ser gay, por exemplo) ou que parecem negar a importância desses (as lésbicas, por exemplo). Por outro lado, a constituição da identidade de gênero em mulheres heterossexuais não tem como fator fundamental a negação da homossexualidade. Por isso, elas não se sentem pressionadas a agirem preconceituosamente. Logo, acabam tendo mais contato com homossexuais, o que, como veremos adiante, tende a reduzir o preconceito.

Dito de outra forma, o preconceito contra gays e lésbicas desempenha uma importante função no sentimento da identidade masculina. Isso porque, nossa sociedade define o gênero pelo comportamento sexual e a masculinidade por oposição à feminilidade. O preconceito contra gays e lésbicas cumpre, então, o papel psicológico essencial de deixar claro quem é heterossexual e quem é homossexual.

Sendo assim, “ver um homem efeminado desperta enorme angústia em muitos homens, pois desencadeia neles uma tomada de consciência de suas próprias características femininas, como a passividade e a sensibilidade, que eles consideram um sinal de fraqueza” (BADINTER, 1992, p. 119). Essa situação poderia levar a atos de agressividade e violência contra homossexuais.

TERCEIRO CAPÍTULO

- Onde foi que eu errei?*

4. MEIOS DE COMUNICAÇÃO, HOMOSSEXUALIDADE E ESTEREÓTIPOS

Não é difícil constatar. A visibilidade dos homossexuais é maior hoje do que em qualquer outro período da história moderna. Desde o aparecimento da Aids¹¹, na década de 80, é cada vez maior a presença de gays, lésbicas e transgêneros na mídia, seja TV, cinema, rádio, jornais impressos ou internet. No entanto, isso não quer dizer que as imagens e fatos apresentados estejam livres de estereótipos negativos.

Não apenas eles quase sempre nos mostram como fracos e bobos, ou maus e corruptos, mas eles excluem e negam a existência de gays e lésbicas normais, não-extraordinários. Gays comuns, em papéis que não estejam centrados no seu desvio como uma ameaça à ordem moral que deve ser contrarrestada através do ridículo ou da violência física, raramente são apresentados na mídia. (...) A representação estereotipada de gays e lésbicas como anormais e a supressão de imagens positivas “não-extraordinárias” serve para manter e policiar as fronteiras da ordem moral. (GROSS, 1996 *apud* NUNAN, 2003, 97-98)

Essa disseminação de estereótipos pelos meios de comunicação de massa esconde alguns problemas. Segundo diversos autores, a mídia é, para muitas pessoas, uma importante fonte de informação sobre o mundo (ARONSON, 1999). Nesse sentido, imagens pouco realistas de minorias sexuais têm um efeito nocivo porque promovem a ilusão de que esses indivíduos não vivem alegrias, problemas do dia-a-dia ou emoções humanas. “Por outro lado, a falta de modelos positivos nos quais homossexuais possam se espelhar gera sentimentos de profunda inferioridade e alienação, limitando igualmente seus projetos de vida” (NUNAN, 2003, p. 99).

* Bordão repetido pelo personagem de Jorge Dória ao constatar a homossexualidade de seu filho, no humorístico *Zorra total*, da Rede Globo.

¹¹ Para outros detalhes sobre a relação entre Aids e aumento da visibilidade dos homossexuais nos meios de comunicação, ver Trevisan (2002).

A representação estereotipada de gays e lésbicas na mídia tem outras sérias implicações. Ela afeta não só a sociedade heterossexual como também as imagens que homossexuais têm deles mesmos. Por outro lado, uma representação positiva pode ser um caminho para a legitimidade de minorias sexuais, já que os meios de comunicação têm um enorme poder de alterar crenças arraigadas. E, dessa forma, estimula o debate e o diálogo mais franco sobre a sexualidade.

Veículo de massa por excelência, a televisão é a mídia de maior impacto na sociedade brasileira. Sendo assim, o modo como ela aborda a homossexualidade têm influenciado enormemente as discussões sobre esse tema no país (PARKER, 1992).

Das chacotas e piadas nos programas humorísticos aos personagens, ora cômicos, ora dramáticos, da ficção televisiva, o que o público vê é uma espécie de carnavalização da homossexualidade. Uma confirmação de paradigmas que, geralmente, representa um julgamento negativo sobre o tema. E, a partir desse juízo, gays e lésbicas terão seu espaço determinado dentro da sociedade brasileira. Um espaço geralmente de marginalidade, promiscuidade, não-aceitação e infelicidade (MORENO, 2001).

4.1. A visibilidade homossexual na mídia

Os meios de comunicação de massa podem ser vistos como instrumentos de poder. Toda informação por eles veiculada representa interesses de indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões pessoais, de classe, de ideologia. “Assim a mídia reproduz parcialmente a realidade já que, antes de divulgar qualquer assunto, ela seleciona, exclui e determina como e com que destaque o tema será apresentado” (FERNANDES, 2002, p.1).

Diariamente, os meios de comunicação constroem o imaginário coletivo. E fazem isso utilizando, inclusive, imagens, caricaturas e estereótipos, por meio dos quais pode-se identificar o conjunto das observações pessoais, críticas e preconceitos de seus produtores e da sociedade em geral.

Nesse mesmo sentido, os produtos da mídia são realizados por sujeitos ou grupos de pessoas inseridas num determinado contexto sócio-cultural. Assim, trazem um somatório de julgamentos emitidos pela sociedade, que, neste momento, terá voz através dos meios de comunicação (MORENO, 2001). Os artefatos midiáticos refletem a sociedade em que foram produzidos ou, no oposto, recusam os valores culturais defendidos por ela. Logo, a mídia não é neutra e, em longo prazo, colabora com a formação de opiniões e comportamentos que podem causar mudanças sociais ou reforçar a ideologia hegemônica.

Na esteira desse raciocínio, é preciso reconhecer o óbvio. Os grandes grupos econômicos têm mais força para influir sobre a formação das idéias e costumes sociais. Isso porque apenas esses grupos são beneficiados com as concessões públicas de

emissores de rádio e TV. Portanto, minorias, inclusive as sexuais, e outras organizações da sociedade estão à margem desse processo.

Tendo como referência os conceitos sobre poder, definidos pelo filósofo Michel Foucault, os pesquisadores Hardt e Negri (2001) constatam que esses grandes grupos de comunicação monopolizam atualmente o desenvolvimento do imaginário humano. E assim contribuem para a formação de “mecanismos de controle” e de alienação. O que, na verdade, dá-lhes poder para controlar e manipular as subjetividades dos indivíduos e criar justificativas legitimadoras de formas de opressão.

A partir dessas perspectivas, pode-se afirmar que “a ideologia, como visão da realidade específica de um grupo, como conjunto de idéias e valores – institucionais, religiosos, políticos, morais, artísticos – populariza-se e chega a transformar-se em sentimento comum: quer dizer, passa a ser considerada como verdade por toda a sociedade. É assim que valores e idéias que caracterizam a classe dominante são preservados” (COMPARATO, 2002, p.44).

A mídia, como empreendedora de modelos, repete supostas preferências e características nacionais de uma sociedade *falocêntrica*. Reforça estereótipos e imagens cristalizadas a cerca de grupos tidos como “diferentes” (entre eles, os homossexuais).

Dito isso, é público e notório que o tratamento dado a homossexuais pelos meios de comunicação tem ocorrido de maneira a mais estereotipada. “Quase sempre, a homossexualidade aparece de forma caricata, jocosa, pejorativa, associada à feminilidade, à ‘desmunhecação’, servindo de chacota, piada e gozação por parte dos ‘homens’” (FERRARI, 2003, p.127).

Completando essa idéia, Mott e Cerqueira (2001) afirmam que as condenações em relação à homossexualidade divulgadas na grande imprensa, nos programas de

televisão e na internet, invadem e povoam o imaginário dos que as recebem. E, assim, moldam e fornecem opiniões legitimadoras da ideologia anti-homossexual.

Foi desse modo que, ao longo dos anos, os meios de comunicação contribuíram para interiorizar, na grande massa, a representação de uma suposta inferioridade dos homossexuais. Primeiramente apresentando-os como pecadores, doentes, viciosos, pervertidos. E isso, como se estivesse mostrando gays e lésbicas da vida real, aqueles que convivem com o público. Outros autores concordam com esse raciocínio, afirmando que, até o final dos anos 80, quase não existiam imagens de homossexuais bem-sucedidos, felizes ou levando uma vida familiar “comum”.

Porém, a representação de homossexuais nos meios de comunicação passa por uma sensível mudança nos últimos anos. No Brasil, na década de 90, a homossexualidade de maneira geral sai da clandestinidade e entra no patamar da ampliação e garantia dos direitos humanos. O assunto passa a ser tratado como uma questão de cidadania.

Alguns fatos forçaram a inserção mais sistemática e positiva da temática homossexual nos meios de comunicação. São eles:

- 1) os debates sobre sexualidade promovidos pela irrupção da epidemia de Aids;
- 2) a divulgação na mídia de pesquisas mercadológicas que apontam os homossexuais como pessoas mais ricas e instruídas que a média da população heterossexual, abrindo caminho para a exploração do chamado “mercado cor-de-rosa”;
- 3) as polêmicas em torno do projeto de lei nº 1.191/95, que disciplina a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo, em trâmite no Congresso Nacional desde 1995¹².

¹² Para considerações sobre as polêmicas que cercam o projeto de parceria civil registrada, proposto pela então deputada Martha Suplicy, ver Trevisan (1998).

4) a visibilidade alcançada pela Parada do Orgulho Gay de São Paulo, que, em sua oitava edição, em 2004, levou cerca de 1 milhão e 800 mil pessoas às ruas da capital paulista¹³;

Dessa forma, aos poucos, têm surgido filmes, séries de TV, novelas e programas de entrevistas que apresentam o homossexual como uma pessoa comum, ou seja, “uma pessoa bonita, com família, sucesso profissional, dinheiro, dignidade e auto-estima” (GONÇALVES, 2000, p. 49).

Apesar desse trabalho não abordar especificamente a representação dos homossexuais em filmes, é importante frisar que o cinema pode ser considerado como o meio que mais favorece uma discussão franca sobre o que significa ser homossexual. Por exemplo, acredita-se que o filme *Filadélfia* (*Philadelphia*, Jonathan Demme [dir.], Estados Unidos, 1993)¹⁴ tenha feito mais pela diminuição do preconceito contra homossexuais do que qualquer lei ou campanha educacional jamais conseguiria (MORENO, 2001; RODRIGUES et al., 1999).

¹³ Esses números colocam a parada gay paulistana como a maior do mundo.

¹⁴ No filme, um promissor advogado que trabalha para um tradicional escritório da cidade de Filadélfia, nos EUA, é despedido quando seus chefes descobrem que ele é homossexual e soropositivo. O rapaz então contrata os serviços de um advogado negro, que é forçado a encarar seus próprios medos e preconceitos.

4.2. A representação da homossexualidade na televisão brasileira

Segundo a jornalista Rosa Maria Bueno Fischer (2003), a tevê, na condição de meio de comunicação de massa, tem uma participação decisiva na formação das pessoas. Para a autora, a televisão está presente, até mesmo, na própria constituição do sujeito contemporâneo.

Pode-se dizer que a TV é parte integrante e fundamental de processos de produção e circulação de significações e sentidos, os quais por sua vez estão relacionados a modos de ser, a modos de pensar, a modos de conhecer o mundo, de ser relacionar com a vida. (Ibidem, p.15)

Sendo assim, não há dúvidas de que a televisão é um lugar privilegiado de aprendizagens diversas. Com ela, aprende-se desde formas de olhar e tratar nosso próprio corpo até modos de estabelecer e compreender diferenças de gênero, diferenças políticas, econômicas, étnicas, sociais.

De acordo com a mesma pesquisadora, a TV narra certos modos de existência que têm uma participação significativa na vida das pessoas. Pautam, orientam, interpelam o cotidiano de milhões de brasileiros. Participam da construção de sua identidade pessoal e cultural, operando sobre o desenvolvimento da subjetividade dos espectadores, seus comportamentos, crenças, valores, preconceitos.

É também por meio da televisão que se pode receber entretenimento e informações as mais diversas. Através dela, as reivindicações de diversos grupos sociais, inclusive os gays, ganham visibilidade pública. “As lutas em torno da afirmação das diferenças (...) estão nela (na TV) e nesse espaço aparecem segundo a lógica do meio, replicando o que circula na sociedade mais ampla” (FISCHER, 2003, p. 41).

Daí, surge a questão: em que medida as diferentes minorias são tratadas na tevê como diferença a ser excluída ou normalizada; ou então, em que medida esses “outros” ganham visibilidade como diferença a ser reconhecida socialmente?

Considerando esses questionamentos, os meios de comunicação, particularmente a tevê, possuem uma imensa responsabilidade no que se refere aos modos de nomear os diferentes. “As imagens da TV tendem a fixar determinadas ‘verdades’, determinados conceitos universais como, por exemplo, os de prostituta, de adolescência, de sexualidade jovem, de beleza feminina, de virilidade, de classe trabalhadora e assim por diante” (Ibidem, p.42).

Para Fischer, a repetição dessas “verdades” tornaria natural aquilo que já se tornou corriqueiro, senso comum. E, assim, a mídia torna-se poderoso agente disseminador de opinião, adquirindo um papel fundamental na (des)construção e perpetuação de estereótipos e preconceitos.

Seguindo esse pensamento, muitos autores acreditam que a conformidade com uma norma preconceituosa seja resultado da inexistência de informação correta. Ou ainda, conseqüência da predominação de estereótipos negativos transmitidos através dos meios de comunicação, por exemplo.

Dada nossa tendência de aceitar aquilo que vemos representado com maior freqüência (a não ser que existam razões poderosas para que isto não ocorra), torna-se extremamente difícil levar em consideração informações mais corretas se essas não são apresentadas. (NUNAN, 2003, p.69)

Pelo lado dos “diferentes”, uma representação estereotipada na TV pode assumir aspectos bastante graves. Em casos em que o estereótipo do papel de gênero ou orientação sexual é suficientemente forte, os membros do grupo alvo tendem a aceita-lo e a se comportarem de acordo com as expectativas propostas por esses rótulos

(MYERS, 2000). “Nossa reputação, independente de ser verdadeira ou falsa, não pode ser martelada, martelada, martelada na nossa cabeça sem modificar de alguma forma o nosso caráter” (ALLPORT, 1979, p.142).

Nesse mesmo sentido, imagens estereotipadas sobre a homossexualidade dificultam a aceitação do desejo homossexual por parte das pessoas que ainda não assumiram sua orientação sexual. Essa representação impõe obstáculos também à adoção de uma identidade gay positiva.

Uma pesquisa feita por Nunan (2003) com 10 gays residentes no Rio de Janeiro comprova esse raciocínio. Grande parte dos entrevistados contou ter utilizado a expressão “*mas eu não sou assim*”, para explicar como se sentiu quando deu conta, inclusive por meio da televisão, de que era homossexual. Goffman (1988) resume essa questão:

... quando o indivíduo compreende pela primeira vez quem são aqueles que de agora em diante ele deve aceitar como seus iguais, ele sentirá, pelo menos, uma certa ambivalência porque esses não só serão pessoas nitidamente estigmatizadas e, portanto, diferentes da pessoa normal que ele acredita ser, mas também poderão ter outros atributos que, segundo a sua opinião, dificilmente podem ser associados ao seu caso. (Ibidem, p. 46)

Partindo dessas perspectivas, nosso trabalho se atém agora na análise de alguns programas da televisão brasileira que, de alguma forma, apresentam, tratam ou discutem o assunto “homossexualidade”. Nossa pesquisa busca refletir sobre a existência, na TV, de um discurso formador de estereotipados que geram preconceito contra gays; lésbicas e transgêneros. Ou, por outro lado, vislumbrar em nossos produtos televisivos um olhar mais etnográfico e menos negativamente estereotipado dessa minoria.

Para um melhor estudo desses produtos, eles foram divididos em: *programas de informação* (telejornais e programas que, mesmo pertencendo a outros gêneros televisuais, veiculam reportagens jornalísticas); *programas de auditório e humorísticos*; e *programas de ficção*.

Concluimos que, na maior parte dos atuais programas da TV brasileira, a homossexualidade masculina é abordada segundo duas formas básicas de representação: a do homossexual violento e a do homossexual efeminado. Ambas as visões, apesar de opostas, são igualmente preconceituosas. Mostram a homossexualidade como algo exótico, bizarro, diferente e anormal, procurando quase sempre elevar índices de audiência.

A homossexualidade feminina é menos freqüente. Apesar disso, a partir de 2000, tem crescido o número de lésbicas na televisão nacional, principalmente em programas de ficção como novelas e seriados.

4.2.1. *Gays e lésbicas em programas de informação*

Em programas de informação (telejornais e outro tipos de programas que apresentam reportagens informativas) a abordagem mais presente é a do homossexual violento. Assim, principalmente gays aparecem em matérias sensacionalistas como agentes ou vítimas da violência (situações ligadas, por exemplo, a crimes sexuais) ou como sujeitos marginais (quando se mostra a vida de travestis de rua ou garotos de programa).

Exemplos desse tipo de abordagem foram veiculados pelo *Programa do Ratinho*, do SBT, nos dias 14 e 15 de setembro de 2004. Em duas reportagens sobre prostituição nas ruas de São Paulo, as fontes entrevistadas incluíam apenas travestis, garotos de programas e seus respectivos clientes homens. O enfoque da matéria recaiu sobre as situações de violência a que essas pessoas estão sujeitas. Tudo acompanhado por comentários preconceituosos e debochados do apresentador e do repórter.

A esses exemplos, alinham-se outros como reportagens exibidas nos principais telejornais do país sobre crimes de pedofilia envolvendo padres e crianças do sexo masculino. Tais assuntos ganham mais espaço na TV nacional que acontecimentos positivos para homossexuais como, por exemplo, as paradas do orgulho gay.

Para Myers (2000) esse tipo de apresentação da homossexualidade na mídia tem efeitos particularmente negativos. Principalmente se levarmos em conta que quanto menos informações o público tem sobre homossexuais mais ele será influenciado por um outro caso que chame a atenção. Outro problema está no fato de que “a ocorrência de dois eventos distintos (por exemplo, a notícia de que um **homossexual** cometeu um **crime** excepcional) ajuda a criar uma correlação ilusória entre pessoas e comportamento, isto é, ‘todo homossexual é um criminoso’” (NUNAN, 2003, p.100).

Ainda em relação aos programas de informação, faz-se importante um breve comentário acerca das reportagens veiculadas pelos telejornais brasileiros sobre as paradas do orgulho gay citadas anteriormente.

Principal manifestação política e cultural GLBT, a parada é o exemplo mais surpreendente da visibilidade alcançada por homossexuais no decorrer da história de seu movimento organizado. Em 2004, foram realizados mais de 35 eventos desse

gênero em todas as regiões do país. Somente as seis maiores paradas brasileiras atraíram cerca de 2 milhões e 400 mil pessoas (GAY ... , 2004). Entretanto, o espaço que esses eventos ganharam na televisão brasileira ficou bem abaixo do que esperado.

Por exemplo, no programa *Fantástico* exibido pela Rede Globo em 13.06.04, dia da Parada de São Paulo, a cobertura dada ao evento gerou apenas uma pequena nota. Apesar de ser uma festa grandiosa, a parada ocupou apenas um minuto e meio da atenção dos espectadores do programa. Para efeito de comparação, no *Fantástico* do domingo seguinte (20.06.04) um evento musical realizado em Recife gerou matéria de três minutos, incluindo *flash* ao vivo.

Contudo, se em programas de veiculação nacional a maior parada gay do país recebeu pouca cobertura, telejornais locais parecem estar mais abertos à pauta “homossexualidade”.

Por exemplo, em Juiz de Fora (MG), a 2ª Parada da Cidadania e do Orgulho GLBT, realizada em 21.05.04, recebeu ampla cobertura dos telejornais da cidade. Tanto o MG TV, da TV Panorama, afiliada à Rede Globo, quanto o Jornal da Alterosa, da TV Alterosa, afiliada ao SBT, pautaram diversos aspectos da homossexualidade durante a semana que antecedeu o evento.

A análise da cobertura dada pelos telejornais ilustra bem outros pontos de vista sob o quais o telejornalismo atual aborda a questão da homossexualidade.

Por um lado, a visibilidade que a Parada oferece reforça a idéia do controle social exercido pelo heterocentrismo, já que,

como as diversas sexualidades se fazem visíveis em uma festa que privilegia, de certa forma, seus estereótipos exacerbados, ganha visibilidade a cultura festiva e globalizada, com suas *drags*¹⁵, travestis montadas, *go-go boys*¹⁶ e *barbies*¹⁷ cada vez mais musculosos, além de celebridades do mundo artístico e político. O que é aceito e televisionado é o “exacerbado”, que se destaca na cena festiva, mas a ela se restringe, sem ameaçar o cotidiano heteronormativo. Os homossexuais “comuns”, principalmente se de baixa renda e efeminados, mesmo estando ali presentes, permanecem praticamente “invisíveis”. (NAUSSBAUMER, 2000, p.10)

Por outro lado, é preciso reconhecer os reflexos positivos da visibilidade alcançada por gays, lésbicas e todas as outras possibilidades sexuais presentes na Parada. O evento tornou-se palco de reivindicações e um espaço concreto para o desenvolvimento de estratégias políticas em defesa da cultura e da identidade gay. E tal perspectiva acaba sendo abordada pelos telejornais, mesmo que seja dada mais atenção ao aspecto festivo do acontecimento.

¹⁵ O termo *drag queen* refere-se a homem que se veste com roupas femininas de forma satírica e extravagante. A *drag queen* é um tipo de transformista. O uso das roupas está ligado a questões artísticas e, até mesmo, profissionais.

¹⁶ A expressão *go-go boys* designa homens que fazem shows de *strip-tease* em boates, festas e eventos destinados ao público homossexual.

¹⁷ Na gíria usada por homossexuais, o termo *barbies* refere-se a gays musculosos que, ao se preocuparem excessivamente com sua aparência física, tentam “fugir” do estereótipo do homossexual efeminado, fraco e “feio”.

4.2.2. Gays e lésbicas em programas de auditório e humorísticos

A abordagem típica da televisão brasileira, que utiliza imagem de homossexual efeminado, é mais comum em programas humorísticos. Neles são apresentados personagens cômicos, tais como aqueles criados por Jô Soares e Chico Anísio desde os anos 70. Nesses programas “às personagens homossexuais são reservadas as piadas mais picantes; sustos escandalosos e meias-voltas afetadas em diversas situações; gritinhos; gestual espalhafatoso. Tudo em função do riso da platéia, dando-lhes o aspecto de *palhaço*” (MORENO, 2001, p. 289 [grifo nosso]).

Até mesmo o programa *Os trapalhões*, sucesso junto ao público infantil durante as décadas de 70 e 80, explorava essa caricatura. Um dos integrantes do grupo era especialista em aparecer na televisão com roupa de mulher e cheio de afetações na voz, nos gestos e postura (GONÇALVES, 2000).

Entre outros personagens famosos por fazerem uso do estereótipo do homossexual efeminado, citamos: **Dinho** (o rapaz cujo pai fala o bordão “Onde foi que eu errei”?, que abre este capítulo do nosso trabalho. O personagem fazia parte do elenco do programa *Zorra total*); **Pitbicha** (vivido pelo humorista Tom Cavalcanti, no extinto *Megatom*); **Seu Peru** (personagem que “nasceu” no também extinto *Escolinha do professor Raimundo* e hoje faz suas aparições no *Zorra total*); e os inúmeros personagens gays e lésbicas que são motivos de piadas no programa *Casseta e planeta, urgente!*¹⁸.

¹⁸ Todos os programas mencionados foram veiculados pela Rede Globo. A maior parte deles, exibidos em horário nobre, alcançando elevados índices de audiência.

Nessa galeria de personagens risíveis, estão ainda a **Vera Verão** (interpretado pelo falecido ator Jorge Lafond, na *Praça é nossa*, do SBT) e a **Charlotte Pink** (*drag queen* interpretada pelo apresentador João Kléber no programa *Eu vi na TV*, da Rede TV).

Quando o objeto de análise passa a ser os programas de auditório, a presença do tema homossexualidade está cercada de uma dose ainda maior de estereótipos e total desrespeito aos direitos humanos de gays e lésbicas.

Vejamos um exemplo. Semanalmente, o quadro *Teste de fidelidade*, do programa *Eu vi na TV*, convida uma pessoa a “desmascarar” a fidelidade de seu parceiro ou parceira. A produção do programa arma uma cena, gravada por meio de câmera escondida, em que a sedução é o principal meio para provar se o parceiro em questão é realmente fiel.

O programa veiculado no dia 29.11.04 apresentou o caso de Amanda, que desconfiava que seu namorado, Rodrigo, era bissexual. O rapaz chegou até o cenário onde estava a câmera escondida, achando que participaria de uma entrevista para oportunidade de emprego.

O ator que incorporou o homossexual encarregado de conquistar Rodrigo, conseguiu provar ao público e, principalmente à Amanda, que o namorado dela realmente é bissexual.

Contudo, enquanto eram exibidas as cenas em que Rodrigo e o ator conversavam sobre homossexualidade e cultura gay, o apresentador do programa, João Kléber, fazia piadas e comentários preconceituosos. Como se não bastasse, Amanda, a namorada traída, usou de palavrões e termos ofensivos contra a homossexualidade durante todo o programa. Não houve sequer uma única censura em

relação aos termos usados pela garota. Assim, por meio da fala de Amanda, foi dito que todo gay é: [sic] “porco”, “nojento”, “viadinho”, “efeminado”, “anormal” e “digno de pena”.

Amanda termina o programa com uma frase que conclui tudo: “eu não tenho nada contra homossexual, mas, pô, tinha que ser logo com meu namorado”.

Além de uma corriqueira briga de namorados, o programa *Eu vi na TV* passou mais de uma hora veiculando conceitos e idéias preconceituosas sobre a homossexualidade. Seguindo a lógica das edições anteriores do programa e levando em consideração o nome do quadro, o que deveria estar em questão era o fato de Rodrigo levar uma vida dupla e não sua sexualidade. Durante todo o *Teste de fidelidade*, o rapaz foi “crucificado” não pela traição a sua namorada, mas por manifestar desejo bissexual.

Exposto isso, não podemos deixar de citar também programas como o do apresentador Sérgio Mallandro, na TV Gazeta, que incluem entre seus quadros as famosas “pegadinhas”. Nelas, homossexuais são freqüentemente motivos de escárnio e agressões. Do mesmo modo, o *Programa do Ratinho*, do SBT, possui um quadro em que humoristas contam piadas populares que, volta e meia, relatam casos envolvendo “bichinhas” e “sapatões”, sempre representados com afetação na voz e nos gestos.

4.2.3. Gays e lésbicas em programas de ficção

Com relação à teledramaturgia, personagens homossexuais figuram nas novelas e seriados nacionais desde a década de 70¹⁹, quase sempre apresentados como assassinos passionais ou mordomos, cabeleireiros e bailarinos efeminados (GONÇALVES, 2000).

Essa situação começou a mudar a partir da década de 80. Trevisan (2002) cita um episódio de 1980 da série *Malu mulher*, que relatava justamente os conflitos de um rapaz ao se descobrir apaixonado por outro homem.

Depois disso, tem sido raro encontrar um autor/a de telenovela que não inclua em seu folhetim uma mulher ou um casal de homossexuais, quando não de travestis ou situações que beiram a confusão de gêneros. Na verdade, a presença de um caso homossexual já se tornou uma instituição dentro das telenovelas. Trata-se de um tempero picante usado nos momentos apropriados, garantindo o crescimento da audiência. (TREVISAN, 2002, p. 306)

Em matéria publica no site Mix Brasil²⁰, o jornalista Luiz Felipe Steffen (2000) enumera uma série de 26 telenovelas e séries veiculadas pela Rede Globo, entre 1972 e 1999, em que ao menos um dos personagens era homossexual. A maioria deles em papéis secundários. Outras seis novelas, exibidas entre 2000 e 2004 pela mesma emissora podem ser acrescentadas a essa lista. Isso, excetuando-se diversos casos em que a personagem lésbica ou gay faz apenas uma rápida aparição como no programa *Você decide* e nos recentes *Os normais* (2003) e *A diarista* (2004).

¹⁹ A primeira aparição de um personagem homossexual em telenovelas nacionais de que se tem notícia foi em *O bofe*, de Bráulio Pedroso, veiculada pela Rede Globo em 1972. Nessa novela, o ator e diretor polonês, Ziembinski, radicado no Brasil, interpretou a cômica personagem Stanislava. (STEFFEN, 2000).

²⁰ Ver <www.mixbrasil.com.br>.

A maior parte desses personagens tende a ser caracterizado sobre modelos que representaria todos as figuras desse gênero. Por um lado, o modelo do personagem cômico. Sua composição aponta para o ridículo da possibilidade de uma pessoa do sexo masculino se comportar como se pertencesse ao sexo feminino e vice-versa. Por outro, o modelo do personagem dramático, a quem é negada a felicidade, como se fosse uma punição à “ousadia” de se querer viver um desejo homossexual (MORENO, 2001).

Como exemplo do primeiro caso, citamos a novela *Suave veneno*, de Agnaldo Silva, veiculada em 1999. Sua trama apresentava dois personagens homossexuais: o vidente Uálber (interpretado pelo ator Diogo Vilela) e seu assistente Edilberto (Luiz Carlos Tourinho). Ambos apresentavam um gestual extremamente afetado, vestiam-se com acessórios femininos e em sua postura prevalecia sempre a “desmunhecação”. O personagem Edilberto era um típico palhaço de uma comédia pastelão. Apanhava de seu chefe, tropeçava em obstáculos e era constantemente chamado de “idiota”. Apesar de toda a crítica feita aos dois personagens por militantes do movimento homossexual, ambos caíram no gosto do público e sobreviveram até o final da novela, graças justamente por seu aspectos risíveis (STEFFEN, 2000).

Já um exemplo de personagem homossexual dramático (e excêntrico) pode ser encontrado em *Roda de fogo*, escrita por Lauro César Muniz em 1982. Nessa narrativa, o personagem Mário Liberato (Cecil Thiré) tinha um relacionamento amoroso, beirando ao sadomasoquismo, com seu mordomo Jacinto (Cláudio Curi). Tanto a censura da época quanto o público desaprovaram o relacionamento e o mordomo teve que ser assassinado.

No entanto, para além dessa dicotomia comédia e drama, percebe-se que alguns programas de ficção mais recente deram ao tema homossexualidade um tratamento mais criterioso, provocativo, humanístico. Em *A próxima vítima*, escrita por Sílvio de Abreu em 1995, o público acompanhou a história do romance entre Sandrinho (André Gonçalves) e Jefferson (Lui Mendes), com direito a festa de casamento e final feliz. Assim, “nessa novela a questão da homossexualidade masculina foi ressaltada com um enfoque desprovido de qualquer discriminação e sem grandes traumas; como se a questão fosse uma forma corriqueira de relacionamento” (ARAÚJO, 2003).

O autor Sílvio de Abreu volta a tratar do assunto em *Torre de Babel*, de 1998. Na trama da novela, duas mulheres bonitas, inteligentes e bem-sucedidas mantinham um relacionamento homossexual estável. No entanto, as pressões de setores conservadores da sociedade foram tantas que a audiência da telenovela diminuiu. O autor, então, viu-se obrigado a matar o casal de lésbicas, numa providencial explosão de um *shopping center*.

João Silvério Trevisan faz uma interessante análise desse fato ao afirmar que “tais reações negativas certamente não ocorreriam caso as personagens lésbicas fossem mal-amadas, grosseiras e infelizes, quer dizer, não poderiam criar tanta empatia social como uma imagem positiva” (TREVISAN, 2002, p. 306).

Por outro lado, a novela *Senhora do destino*, escrita por Agnaldo Silva em 2004, aponta faz um retrato mais humanitário do romance entre duas mulheres. Nesta narrativa, as personagens Jenifer (Bárbara Borges) e Eleonora (Mylla Christie) vivem um casal lésbico. O relacionamento entre elas é tratado sem o uso de estereótipos, embora com extrema cautela para não chocar o público que aprovou a história das personagens. Contudo, *Senhora do destino* inovou ao sugerir uma cena de sexo entre

as duas mulheres, no capítulo do dia 25.11.2004, e ao discutir temas polêmicos como a adoção de criança por um casal de pessoas do mesmo sexo.

Para Trevisan (2002), é difícil avaliar com exatidão o quanto as telenovelas prejudicaram ou, na verdade, difundiram a visibilidade homossexual. Principalmente se levarmos em consideração a ampla difusão que as telenovelas possuem na sociedade brasileira.

No entanto, independente do modelo mais estereotipado ou mais “realista” adotado por uma novela ou série, a análise desses programas deixa claro que a teledramaturgia continua perpetuando certa abordagem exótica da homossexualidade. Numa clara intenção de que a “estranheza” desses amores povoem, sem qualquer risco, o imaginário brasileiro. Mesmo porque todas as telenovelas descritas acima padecem de um recato espantoso ao mostrar cenas de amor homossexual, especialmente quando comparadas ao atrevimento das cenas de sexo entre homem e mulher.

Ainda de acordo com João Silvério Trevisan (2002) a presença de um casal de lésbicas como o da novela *Senhora do destino* trata-se de um resgate tácito da homossexualidade, “um ato de condescendência que tolera apenas sob rigorosas circunstâncias, aceitando uma homossexualidade *clean*, da qual esteja depurado todo e qualquer resquício de ‘rebeldia’” (Ibidem, p. 22)²¹.

A fragilidade dessa “aceitação”, continua o autor, fica evidente quando se avalia que a maior ou menor presença de homossexuais na tevê responde às regras e necessidades do mercado. Também na televisão, o que importa mais do que nunca é o

²¹ Apesar disso, não deixa de ser uma certa “rebeldia” a presença do amor entre duas mulheres, em uma novela veiculada para espectadores imbuídos da ideologia de uma sociedade falocêntrica.

consumo, de modo que a própria moral passou, em certa medida, a depender do mercado.

Para Trevisan (2002), o casal gay da novela *A próxima vítima*, citada anteriormente, tornou-se possível porque pesquisas indicaram que o filão homossexual apresenta enorme potencial de consumo. E também ao crescimento da audiência sempre que uma “coisa proibida” vai ao ar. Segundo o pesquisador, tudo acontece de acordo com um raciocínio simples: o assunto homossexualidade ainda gera polêmica, que gera Ibope, que aumenta o faturamento. Dessa forma,

“a verdade é que personagens homossexuais tendem a fazer tanto mais sucesso quanto maior for a curiosidade do público: a lógica perversa do mercado passa pela conveniente institucionalização do olhar *voyeur*, amplamente explorada pela mídia eletrônica, em especial. Assim, reforçada por mais essa proibição, resguarda-se a necessidade de consumo mórbido da homossexualidade, com amplas conveniências comerciais. E dá-lhe gueis, lésbicas e travestis palatáveis na telinha. (Ibidem, p.307).

4.3. A TV fora do armário: homossexuais como protagonistas

Nosso levantamento de um repertório básico de produtos televisuais que tratam da homossexualidade passa agora a avaliar programas em que gays, lésbicas e transgêneros são protagonistas. Seja como personagens centrais de um seriado, ou como público principal ao qual se endereçam esses produtos.

No Brasil, a experiência pioneira com um programa de televisão que trate de assuntos relacionados à homossexualidade aconteceu com o *Comando G*, veiculado pela TV Gazeta, em 2000. Apresentado semanalmente pelo ator Matheus Carrieri, o

programa trazia: entrevistas; ensaios eróticos com *strippers* masculinos; e dicas de cinema, livros e discos sobre temas relacionados à diversidade sexual. Por falta de patrocinadores, o *Comando G* foi cancelado após algumas poucas edições (AZULGARAY, 2000).

Uma outra experiência do gênero foi surgir na TV brasileira apenas em 2004. Atualmente, o programa *Planeta G* é o único a tratar especificamente da homossexualidade. Exibido uma vez por semana pelo canal comunitário da operadora de TV a cabo Net, em São Paulo (SP), o programa é um *talk-show*, apresentado pela *drag queen* paulistana Silvetty Montilla. Desde sua estréia, o *Planet G* vem enfrentando problemas com falta de patrocínio, pequena divulgação e baixo número de telespectadores (ANDRADE, 2004).

Algumas experiências de TV pela internet têm alcançado relativo sucesso no Brasil. No ar desde 09.03.2004, o programa *TV tudo*²², do portal GLX²³, apresenta, a cada mês, um programa de entrevistas com personalidades e militantes do movimento homossexual brasileiro. Já na *homepage* do *Gonline* versão em hipermídia da revista *G Magazine*, o *talk-show A dona do barraco*²⁴ apresenta entrevistas sobre temas como “família e homossexualidade”; “travestis e preconceito” e “fidelidade gay”²⁵.

Apesar de serem veiculadas pela *web*, essas experiências seguem o formato de programas exibidos pelos canais de televisão “comuns”. Endereçados especificamente ao público homossexual, tanto o *TV tudo* quanto o *A dona do barraco* apresentam informações corretas e esclarecedoras sobre o que é a homossexualidade e como vivem indivíduos que possuem essa orientação sexual.

²² Ver <<http://hosting.pop.com.br/glx/tvtudo/>>.

²³ Ver <<http://www.glx.com.br>>.

²⁴ Ver <<http://gonline.uol.com.br/livre/gtivi/index.shtml>>.

²⁵ Esses são os títulos de alguns programas que já foram ao ar pela G TiVi.

Fora do Brasil, as experiências com programas de TV centrados na homossexualidade são bem maiores (e melhores). Em 2000, a televisão americana estava povoada por mais de 17 personagens homossexuais em programas de ficção (ANDRADE, 2000). De lá para cá, esse número vem se tornando maior a cada nova temporada. Assim,

pode-se afirmar que, seja por correção política ou por resposta mercadológica, a TV americana abriu-se de forma sensível para a presença homossexual, em especial nos seriados. (...) Como boa parte dessas séries é exibida também em canais pagos, o que supõe um espectador com poder aquisitivo ao menos um pouco superior, como já foi provado que o homossexual é um consumidor por excelência, há, claro, interesse comercial na inserção de personagens gays nas tramas (PETERMANN, 2000, p. 87-88).

Entre as séries americanas cujos protagonistas são homossexuais citamos: *Queer as folk*²⁶; *Will & Grace*²⁷; *Queer eye for a straight guy*²⁸, *Ellen* e *The Ellen show*²⁹. A série *Dawson's creek*, que tratava de questões ligadas à adolescência, teve em sua trama um personagem gay que protagonizou o primeiro beijo entre homossexuais masculinos da história da televisão americana.

Para além de um ou outro seriado protagonizado por personagens homossexuais, começam a se espalhar pelo mundo canais pagos voltados para o público GLBT. A primeira experiência vem do Canadá, com a *PrideVision TV*³⁰. No ar desde 2001, o canal apresenta programas de atualidade, turismo, *talk-shows*,

²⁶ A série baseia-se no programa inglês de mesmo nome tido como o primeiro seriado gay da história. *Queer as folk* narra o cotidiano de três homossexuais masculinos, apresentando cenas de nudez, beijo na boca e sexo entre homens. No Brasil, o seriado é exibido pelo canal pago Cinemax, com o título de *Os assumidos*.

²⁷ Comédia de situações que mostra o dia-a-dia de dois amigos gays, e da vivência deles com suas respectivas amigas. Apesar de não poupar caricaturas e afetações, o seriado é recebido com risadas e aplausos pelo público gay. No Brasil, é veiculado pelo canal Sony.

²⁸ *Reality show* em que cinco homossexuais especializados em moda, decoração, gastronomia, cultura e estilo dão conselhos a um homem heterossexual para que ele torne-se mais atraente às mulheres. No Brasil, é veiculado pelo canal Sony.

²⁹ Ambas foram protagonizadas pela atriz lésbica Ellen DeGeneres. Nos EUA, essas séries geraram enorme repercussão quando atriz e personagem assumiram sua homossexualidade em cadeia nacional. Os dois seriado não são mais exibidos.

³⁰ Ver <<http://www.pridevisiontv.com/>>.

economia, seriados e filmes de comédia, drama e pornográficos. Tudo com temática homossexual.

Em 2002, estreou na Inglaterra, a Rainbow Network TV³¹. Com programação apenas no horário noturno, o canal apresenta programas de comportamento, música e filmes eróticos. Também em 2002, foi lançado na Itália o canal Gay.TV³², voltado para homossexuais masculinos com idade entre 25 e 44 anos (DUARTE-PLON, 2004; GOULART 2001; JIMENEZ, 2003).

O mais recente canal fechado de televisão a se dedicar à audiência homossexual estreou em outubro de 2004, na França. A programação da Pink TV³³ apresenta documentários sobre celebridades, seriados de comedia, e filmes pornôs gays transmitidos em quatro noites por semana. O novo canal espera atender a pelo menos 180 mil assinantes em dois anos (WYTT, 2004).

No Brasil, o mercado de TV por assinatura começa a despertar para conteúdos dirigidos ao público homossexual. Atualmente, existem dois canais desse gênero no país. A operadora Tecsat distribui a GLS TV desde 2001, enquanto a DirecTV lançou, em meados de 2004, o G Channel. Ambos são oferecidos em sistema *pay-per-view* (pague para ver) e oferecem filmes pornográficos produzidos no Leste Europeu e nos Estados Unidos. Paga-se até R\$ 29,90 por fim de semana para assiná-los.

Estudos realizados pela operada brasileira de TV por assinatura Globosat estima que os canais gays têm potencial de atingir 20% dos assinantes do país, algo em torno de 700 mil domicílios. Esse público interessa às programadoras porque, acreditam essas empresas, tem alto poder aquisitivo. Ou seja, podem gastar mais do que a

³¹ Ver <<http://www.rainbownetwork.com/home/>>.

³² Ver <<http://www.gay.tv/>>.

³³ Ver <<http://www.pinktv.com/>>.

mensalidade da assinatura com produtos extras, como os canais de filmes eróticos homossexuais.

Por enquanto, tudo o que as empresas de TV paga brasileira vêem nos homossexuais são ávidos consumidores de sexo explícito. Nos Estados Unidos, isso está mudando. A empresa de comunicação Viacom, que detém a MTV, prepara-se para lançar em fevereiro de 2005 o Logo, canal que será baseado em entretenimento para gays, não em "sexo ou sexualidade", como afirma um dos diretores da empresa (PRIMEIRO ... , 2004).

QUARTO CAPÍTULO

A televisão é e sempre será aquilo que nós fizemos dela.

ARLINDO MACHADO, 2001*.

5. **GUEI: UM PROGRAMA DE TV CONTRA O PRECONCEITO**

No livro *Psicologia Social*, o pesquisador Aroldo Rodrigues se pergunta: é possível a criação de mecanismos eficazes para diminuir o preconceito? Segundo o próprio autor, a resposta é sim. “Ou, pelo menos, sim, devemos continuar tentando!” (RODRIGUES et al., 1999, p. 172).

A proposta que encerra nosso trabalho é uma dessas tentativas: planejar um programa de TV que trate de assuntos relacionados à homossexualidade. Um produto televisual que esteja pautado em valores como ética jornalística, comunicação para a cidadania e respeito às múltiplas manifestações da sexualidade humana. E que, no caminho, contribua para diminuir preconceitos e estereótipos relacionados à orientação sexual.

Apesar de o preconceito ser um fenômeno complexo, que apresenta uma série de causas interligadas, sabe-se que ele pode ser reduzido através de contato e interação entre grupos antagônicos.

Visto que a utilização de estereótipos é comum quando temos uma experiência limitada com um grupo social determinado, a familiaridade que advém de um contato prolongado com diversos membros do grupo reduz ou elimina estereótipos, permitindo que características individuais sejam reconhecidas ... (NUNAN, 2003, p. 96-97).

A estratégia do contato vale também para o caso da discriminação por orientação sexual. Assim, a interação pacífica e positiva entre homo e heterossexuais tende a diminuir o preconceito, além de prover um real entendimento do que significa ser gay, lésbica, transgênero, bissexual. “Outros autores sugerem também que este

* MACHADO, 2001, p. 12.

contato aumenta a probabilidade de heterossexuais se tornarem a favor da igualdade de direitos para os homossexuais” (Ibidem, p. 97).

Levando em consideração esse raciocínio, perguntamo-nos as formas pelas quais esse contato pode ser mediado pela televisão. A resposta nos veio em forma de um programa que, para além de uma simples exposição da homossexualidade, esteja preocupado em reunir apontamentos para uma correta abordagem do assunto. Um programa comprometido com um “esforço real em mostrar a homossexualidade como uma manifestação tão justa quanto a heterossexualidade” (SINGER, 2001).

5.1. Uma comunicação para a cidadania

Atualmente, o termo “cidadania” é empregado com diversas acepções. Para a autora Maria de Lourdes Manzini-Covre (2001) em linhas gerais, cidadão é aquele que detém direitos e deveres; é, ao mesmo tempo, súdito e soberano.

Dentro da esfera da “cidadania”, incluem-se direitos e deveres civis e de participação no exercício do poder político. E, ainda, direitos sociais como a garantia de acesso à educação, saúde e moradia. A questão da cidadania passa também por garantias relacionadas à coletividade, como os direitos humanos, direito das mulheres, direito ao meio ambiente e, até mesmo, direitos sexuais³⁴ (PERUZZO, 2002).

De acordo com Gontijo (2004), a cidadania não é algo fixo, mas uma construção social. Para esse autor, o termo “cidadania” diz respeito à incorporação, por pessoas ou

³⁴ Para um aprofundamento da discussão sobre cidadania e direitos sexuais, ver Rios et al. (2004).

grupos, de mecanismos que visem a formular (ou reformular) legalidades vigentes num determinado campo social. Sejam elas legítimas ou não. É no confronto dessas garantias com a legitimidade hegemônica que se dá a construção da cidadania. Sendo assim,

a luta por cidadania é um projeto de objetivação de subjetividade, que se transforma numa trajetória (...) de entendimento de diferenças sociais e da minha posição dentro delas, para construir, então, o respeito a essas diferenças. *Projeto, trajetória e processo* de conscientização das posições que eu ocupo nos diversos campos dos quais eu faço parte ao longo do meu cotidiano e das minhas interações cotidianas (Ibidem, p. 68).

Dessa forma, cidadania significa não apenas a garantia de direitos, mas também a participação efetiva do cidadão e da cidadã na defesa dos interesses públicos. E isso se dá através da reivindicação e da apropriação dos espaços e do conhecimento. Sendo assim, a mídia e a informação são peças fundamentais nesse processo.

O acesso de minorias discriminadas, e outros grupos sociais, aos meios de comunicação contribui para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento de uma nova consciência democrática. De maneira geral, isso significa possibilitar uma nova troca de conhecimentos, o fortalecimento do debate público e a criação de mais espaços de discussão. Situações essas capazes de contribuir para a mobilização social e a construção de mudanças na sociedade.

No terceiro capítulo deste trabalho, observamos que a mídia exerce uma grande influência sobre a formação do conhecimento das pessoas e de sua compreensão do mundo. Também foi dito que a mídia contribui para semear e perpetuar estereótipos, ao apresentar arquétipos sobre o que são ou devem ser grupos sociais “diferentes” (entre eles, os homossexuais). Por sua vez, esses estereótipos não deixam de ser formas de

controle e manipulação do imaginário coletivo e da imagem que o grupo estereotipado faz dele mesmo.

Nesse sentido, a experiência do movimento homossexual no Brasil mostra que a ativa participação política da comunidade gay é importante e essencial para a transformação da sociedade.

Por isso torna-se necessário pensar a construção, na mídia em geral e na televisão em particular, de uma nova imagem da homossexualidade. Propor uma representação que coloque em dúvida o teor das imagens existentes, sugerindo novos paradigmas. Identificar os mecanismos de controle e manipulação da imagem homoerótica a fim de que jornalistas e comunicadores contribuam para o estabelecimento da livre manifestação da diversidade sexual.

Dessa forma, assumimos os compromissos descritos acima, sob a perspectiva de uma comunicação comunitária, a favor da cidadania.

Segundo Caetano e Costa (2002) a comunicação comunitária está relacionada a movimentos e práticas sociais do coletivo. Representa a fala dos que, muitas vezes, vivem à margem, sufocados e ansiosos por mudanças. Essa forma de comunicação, enquanto modelo de interação social, possibilita, entre outros: o desenvolvimento de conhecimento e saber compartilhados; a organização para resolver problemas comuns; e a obtenção de poder coletivo.

A comunicação comunitária diz respeito, então, a uma alternativa ao monopólio dos grandes meios sobre a informação. Um instrumento de luta por conquistas de direitos importantes à cidadania. Isso porque a comunidade em questão se vê representada e pode influenciar na notícia veiculada.

Sabemos que a comunicação popular (ou comunitária) pode ter várias formas válidas, na medida em que tentam ultrapassar a dominação das classes hegemônicas sobre os meios de comunicação de massa. Entretanto, é preciso buscar novos espaços e novas formas de atuação, ousar na criação de territórios que favoreçam o *protagonismo* popular. Mais do que somente dar voz e vez, é importante contribuir para a ampliação da participação das classes subalternas de maneira criativa e produtiva (Ibidem, p. 55 [grifos nossos]).

É trazendo essas discussões para o campo da homossexualidade que iremos propor um programa de TV contra o preconceito sexual. Com esse produto, nossos objetivos são:

1) propor uma mudança de postura da mídia em relação à homossexualidade, partindo de uma “cultura de silêncio” sobre o assunto para dar voz às lutas e reivindicações dessa comunidade;

2) dar maior – e melhor – visibilidade à “subcultura homossexual”, informando e esclarecendo sobre como vivem e com o que sonham lésbicas, gays e transgêneros;

3) contribuir para a produção de uma nova imagem – mais positiva, justa e igualitária – da homossexualidade na televisão brasileira;

4) denunciar a violação de direitos humanos de homossexuais;

5) concorrer, em sintonia com a luta do movimento homossexual, para a construção de uma imagem pública da homossexualidade que sirva de modelo positivo para pessoas que manifestam essa orientação sexual.

E isso, tendo em vista que uma mudança no comportamento (em nosso caso, as concepções mantidas por indivíduos preconceituosos) pode mudar as atitudes (neste caso, atos de discriminação aos quais esses indivíduos podem chegar).

5.2. A proposta

Nossa análise da presença de homossexuais em programas e canais de televisão, aliadas ao cumprimento dos objetivos descritos na página anterior, possibilitou que chegássemos ao formato do produto televisual proposto neste trabalho.

Assim, planejamos um programa jornalístico e de variedades intitulado *GUEI*.

Escolhemos a televisão porque esse é o veículo mais popular, de maior credibilidade e que está na preferência dos brasileiros como fonte de informação, entretenimento, cultura e lazer (SQUIRRA, 1993). Para alguns autores, a TV está potencialmente apta a promover valores morais, ensinamentos pedagógicos e modelos edificantes e construtivos de conduta. Vista por outros estudiosos como um ritual coletivo, a TV possui ainda um grande poder de gerar mobilização e integração em torno de temas de interesse coletivo. Para completar, a tevê possibilita ainda uma recepção fragmentária, aberta e, ao mesmo tempo, intensa e participante (MACHADO, 2001).

Por essas razões, a televisão, como afirma MacLuhan (1988), proporciona-nos uma experiência profunda, impossível de ser obter da mesma maneira em qualquer outro meio.

Essas são algumas características inerentes à TV que sempre consideraremos ao produzirmos cada edição do programa *GUEI*.

Já a opção por um programa de variedades, com reportagens e entrevistas, fundamenta-se na idéia de que a informação tem um importante papel na construção de opiniões e comportamentos. Por isso, empenhamo-nos em trabalhar com um modelo de jornalismo socialmente comprometido, participativo e engajado.

Em nosso compromisso jornalístico, temos como princípio uma ética profissional construída sobre uma comunicação independente e autônoma. Um jornalismo que dê voz aos que não a têm.

No programa *GUEI*, buscaremos oferecer ao público, informação alternativa e crítica de qualidade, capaz de contribuir para uma sociedade mais livre, igualitária e respeitosa para com a diversidade humana. É o que propomos.

5.3. O público alvo

O programa *GUEI* é endereçado, principalmente, a espectadores e espectadoras homossexuais. Nosso produto possui intenções claras com essa audiência: possibilitar a ela uma maior tomada de *autoconscientização* comunitária, “já que os meios (de comunicação) podem funcionar como um espelho em que a comunidade se enxergaria sob uma nova luz” (CAETANO e COSTA, 2002, p. 41).

Como foi dito, um dos nossos objetivos, é a representação de uma nova imagem de homossexuais na TV. Com isso, intencionamos fazer com gays e lésbicas sintam-se mais à vontade com sua orientação sexual. E, no caminho (voltamos a ressaltar), facilitarmos a adoção de identidades gays positivas, na medida em que nosso público poderá se reconhecer nessa nova imagem.

Para muitas lésbicas e gays discutir sua orientação sexual com pais, médicos, professores e amigos parece ser uma opção inviável. Assim, a alternativa que lhes resta é obter informação por conta própria, através dos meios de comunicação ou no

contato com outros gays e lésbicas. Nosso programa também está inserido nessa perspectiva. A idéia aqui é mostrar para essas pessoas o quão natural pode ser a homossexualidade.

Quanto à faixa etária do nosso público, pretendemos atingir pessoas com idade acima dos 13 anos, principalmente aquelas que se encontram na adolescência. É nessa fase da vida que o indivíduo mais enfrenta inseguranças relacionadas à aceitação de sua sexualidade (TREVISAN, 2000).

Também é na faixa de idade entre os 13 e os 18 anos que se forma parte das concepções que nos acompanham por toda vida. Também parece ser durante a infância e adolescência que a mídia mais exerce influência. Nessa fase da vida, a televisão principalmente pode surgir como uma “autoridade”, cujas experiências individuais – de personagens fictícios e pessoas famosas – relatadas ou reproduzidas podem ajudar a formar modelos que inspiram a imitação adolescente³⁵ (KLINGER, 2002; PEREIRA, 2003).

Sendo assim, a TV brasileira tem sido negligente por quase nunca refletir sobre como ela pode ajudar a construir a identidade sexual dos adolescentes gays e lésbicas.

O autor Jean-Claude Bernardet faz uma interessante análise dessa falta de modelos positivos em que jovens homossexuais possam se espelhar:

³⁵ Em visita ao Brasil, o ator Keer Smith, que interpretou um adolescente gay na série americana *Dawson's creek*, relatou um interessante fato. Logo após ter ido ao ar o capítulo em que seu personagem revela à família sua orientação sexual, o ator recebeu diversas cartas de jovens gays contando que haviam tomado coragem para fazer o mesmo em suas casas, após assistirem ao capítulo do seriado (ANDRADE, 2000).

(...) a sociedade lhe oferece (ao adolescente) modelos de comportamento. Os meninos namoram as meninas, e as meninas os meninos, os pais fizeram assim, os avôs fizeram assim. O casamento, passando ou não pelas leis e pela igreja, está aí: é só fazer como os outros. O casamento monogâmico e o adultério, os bordéis e as prostitutas: o caminho já está traçado. Os romances, os filmes, a publicidade nos muros da cidade e na televisão, as telenovelas, tudo nos diz como devemos proceder. É o reino da heterossexualidade. Ao adolescente com tendências homossexuais não se oferecem trilhas prontas, ele tem que encontrar as suas, adivinhar, procurar, inventar. É a luta. (BERNARDET, 1999, p. 31)

É também para suprir essa lacuna que pensamos o programa *GUEI*.

Quanto à renda, nosso público alvo encontra-se na classe média e alta. Não é a situação ideal, mas como provavelmente o programa seria veiculado em um canal de TV pago, torna-se difícil atingirmos espectadores de menor renda. Dissemos “provavelmente” porque a grande maioria dos programas endereçados a homossexuais no Brasil e no mundo encontrou espaço de veiculação em canais desse gênero. A televisão gratuita permanece fechada para um debate sério sobre a homossexualidade. (GOULART, 2001).

Contudo, o público heterossexual, dentro das mesmas características de idade e renda, também faz parte de nosso alvo. Uma vez que propomos um programa contra o preconceito sexual, não há como deixar de considera-lo. Para atingi essa outra fatia de espectadores, buscamos estratégias específicas de divulgação do programa.

Entre essas estratégias, posicionaremos o programa *GUEI* como um produto moderno, informativo, com jornalismo de qualidade e que pode ser assistido por quaisquer famílias. Essas mesmas estratégias de divulgação são realizadas atualmente pelos canais de TV que veiculam seriados como *Queer eye for a straight guy*, protagonizado por gays, e que, mesmo assim, mantém-se como sucesso de audiência, entre héteros e homossexuais (SAITO e STIVALETTI, 2004).

5.4. A audiência e o patrocínio

As discussões sobre o público alvo de nosso programa nos levaram a pensar em modos de financiamento desse produto por meio de anúncios publicitários nos intervalos comerciais. Como as empresas adquirem cotas de publicidade nos programas de televisão de acordo com o perfil dos espectadores, torna-se necessário uma breve discussão sobre as características do consumidor homossexual.

Muitos produtores envolvidos com a chamada “mídia gay” reclamam da falta de pesquisas confiáveis sobre o comportamento de consumo homossexual no Brasil.

Uma das maiores dificuldades que enfrentamos quando conversamos com um patrocinador em potencial é o desconhecimento do público que pretendemos atingir (...). A falta de pesquisas nessa área faz com que o trabalho seja desenvolvido quase que por intuição. Não sabemos exatamente quantas pessoas consomem um produto gay e isso dificulta muita a negociação com anunciantes e patrocinadores. (FISCHER, 2004, p. 138)

Ainda que incipiente, o material disponível sobre o movimento mercadológico do grupo chamado GLS³⁶ revela dados significantes. Pesquisas realizadas pelo site Mix Brasil (PESQUISA, 2004) e pela empresa L2 Pesquisas e Comunicação (BORGES e LIMA, 1999) confirmam alguns números já revelados por estudos feitos em outros países.

Ambos os estudos afirmam-se, por exemplo, que a perspectiva salarial dos homossexuais chega a ser 15% maior do que a dos demais trabalhadores. Segundo

³⁶ Sigla para Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

esses estudos, os elevados salários dessa parcela da população se justificaria basicamente por duas razões: a maioria não teria filhos e, ao que parece, homossexuais seriam mais escolarizados do que a população geral.

Graças a dados como esses, gays e lésbicas passaram a ser chamados, por profissionais da área de marketing, como *dinks* (*double income, no kids*). A expressão refere-se a casais de profissionais sem filhos que, por esse motivo, podem gastar considerável parte de sua renda em artigos supérfluos ou de luxo.

As pesquisas brasileiros citadas na página anterior qualificam os homossexuais como pessoas mais exigentes, com um comportamento de consumo próprio, muito voltado para o lazer, entretenimento, cultura, moda e informação. Sendo assim, gays e lésbicas gastariam maiores quantias do que heterossexuais em: viagens, carros, cartões de crédito, livros, músicas, bebidas, restaurantes, cinema, teatro, roupas, perfumes, academia de ginástica e objetos de luxo em geral. Esses consumidores também seriam preocupados com moda, fiéis a determinadas marcas e jovens. Entre os homossexuais entrevistados nessas pesquisas, 58% têm idade entre 18 e 30 anos; e 98%, abaixo dos 40 anos (ASSUMPÇÃO, 2004; LEKITSCH, 2000; PESQUISA, 2004).

Os dados mencionados acima definem a lucratividade do mercado homossexual como “uma mina de ouro não explorada”. Contudo, diversos autores afirmam que esses números devem ser interpretados com muita cautela. Alguns estudos recentes apontam para o fato de que, por exemplo, a diversidade econômica da população homossexual é tão grande quanto a existente entre os heterossexuais. Por esse motivo, diversos autores criticam as pesquisas realizadas até o momento, afirmando que a maioria delas apresenta uma caracterização distorcida dos gays e lésbicas.

Dessa forma, a escassez de dados demográficos sobre os homossexuais tem feito com que informações colhidas a partir de um segmento muito específico desse público sejam utilizadas como sendo representativas da população homossexual como um todo³⁷.

Isto faz com que se desenvolva um número ainda maior de mitos com relação aos homossexuais, e acaba-se por ter a impressão de que os gays são homens ricos e sem filhos que podem gastar seus elevados salários em artigos de luxo e viagens pelo mundo. (...) Outros autores afirmam ainda que homossexuais com rendas elevadas e maior escolaridade são mais propensos a ler jornais e revistas, utilizar a internet e assumir sua orientação sexual, e, portanto, participar de pesquisas. (NUNAN, 2003, p. 162-163).

Controvérsias à parte, acreditamos na importância de nossa proposta antes mesmo de avaliarmos o sucesso comercial de um produto direcionado para gays, lésbicas e transexuais. Defendemos a idéia de que, antes de ser viável economicamente, a produção de um programa de TV, nos moldes em que planejamos, é justa e necessária.

5.5. A política editorial e a pauta

³⁷ A pesquisa realizada pelo site Mix Brasil, em 2004, envolveu apenas usuários de internet que acessam o portal. Já o estudo feito pela empresa L2 Pesquisas e Comunicação entrevistou apenas 150 homens gays assumidos, adultos, que residem em São Paulo (SP) e freqüentam lugares como saunas, livrarias, boates e restaurantes direcionados a ao público GLS.

Breed (1993) define “política editorial” como as linhas-mestras que orientam o trabalho do jornalista dentro da redação. O termo diz respeito a regras, critérios, normas e valores (formais ou não) que determinam a seleção, angulação, apuração e edição de notícias dentro de um produto jornalístico. Essa política informativa dirige o modo como são abordadas ou omitidas certas questões ou acontecimentos. Ela pode ser evidenciada, por exemplo, no editorial, nas manchetes e crônicas de um determinado jornal impresso ou eletrônico. Os preceitos admitidos pela política editorial levam-nos ao conceito de “parcialidade”, entendido aqui como seleção diferencial ou colocação preferencial, na imprensa, de determinados assuntos.

Esse conceito de política editorial pode sugerir uma forma de prevaricação do trabalho jornalístico (e geralmente o é). Porém, assumimos uma política que, de forma alguma, traga constrangimentos às normas éticas relacionadas à obrigação do jornalista para com o público e para com a sua profissão. Entre essas normas, citamos: a responsabilidade, objetividade e exatidão (FEDERAÇÃO ... , 1987).

Os valores sobre homossexualidade com os quais trabalharão os produtores e jornalistas do programa *GUEI* estão em sintonia com os fundamentos aplicados pelo movimento homossexual brasileiro. Entre tais valores, destacamos:

- 1) homossexualidade não é doença;
- 2) homossexualidade não é pecado;
- 3) homossexuais possuem os mesmos direitos e deveres dos cidadãos e cidadãs heterossexuais;
- 4) homossexuais merecem os direitos humanos que quaisquer heterossexuais;

5) homossexualidade não é motivo para discriminação no trabalho, na família, na escola, na mídia, nos serviços e locais públicos ou em qualquer outro ambiente;

6) governos devem tomar a frente no sentido de desenvolver ações que visem à diminuição dos preconceitos e da discriminação contra os homossexuais;

7) homossexuais não devem receber tratamento diferenciado em relação aos heterossexuais;

8) homossexuais devem ser livres para: amarem, organizarem-se e lutarem pela promoção de seus direitos;

9) governos devem se preparar e intensificar a luta contra ações homofóbicas no sentido de acabar com a violência contra homossexuais;

10) todo ser humano é livre para mudar de opinião sobre sua sexualidade a qualquer momento de sua vida (MOVIMENTO ... , 2004).

A política informativa (em nosso caso, incluindo os valores acima descritos) orienta a etapa de seleção de pautas, em que são planejados os assuntos que podem ser transformados em reportagem. Ao buscarmos exemplos desses temas a serem abordados no programa *GUEI*, encontramos o trabalho de Furlani (1998).

Em seu esforço por desconstruir tabus sobre a sexualidade humana a autora enumera cinco idéias que se constituem mitos sobre a homossexualidade. São eles: os desequilíbrios existentes ao nível dos hormônios sexuais são responsáveis pelas práticas homossexuais; os (as) homossexuais são infelizes; gays praticam, necessariamente, sexo anal e lésbicas não gostam de homens porque não gostam de sexo com penetração; homossexuais são promíscuos (as), irresponsáveis e imorais; na relação homossexual não existe amor, carinho, respeito, fidelidade. Tais constatações fundamentarão o desenvolvimento de reportagens.

O programa *GUEI* também apresentará notícias sobre lutas e conquistas do movimento homossexual e, ainda, matérias envolvendo aspectos da “subcultura homossexual”, incluindo preconceito, cidadania, direitos humanos, consumo, turismo, saúde e sexualidade.

5.6. O texto

Para uma melhor orientação da atividade de redação dos textos apresentados no programa, serão usados os manuais de estilo propostos por Barbeiro e Lima (2002) e Parternostro (2002). Ambos os manuais consideram que, em telejornalismo, o texto é escrito para ser falado pelo locutor e ouvido pelo telespectador. O público que assiste ao telejornal só tem uma chance para entender o que está sendo dito, já que não existe um meio de se repetir a informação não compreendida. Atendo a isso, o texto em TV deve ser claro, conciso, direto, preciso, simples, objetivo e harmônico.

O jornalista precisa ter em mente que está contando uma história para alguém, mas sem apelos à linguagem vulgar, e, acima de tudo, respeitando as regras do idioma. Para que esse tipo de texto seja atingido, os manuais recomendam, por exemplo: o uso de frases curtas e na ordem direta; escolha de vocabulário acessível a qualquer tipo de espectador; e opção pela palavra mais simples para definir uma coisa ou situação.

Além de seguir essas recomendações, a redação do programa *GUEI* estará atenta a outros aspectos da linguagem. Visto que o uso de determinadas palavras pode resultar em preconceito e difamação contra grupos historicamente discriminados,

adotaremos uma postura de correta escrita de expressões relacionadas ao universo da homossexualidade.

Para tal, seguiremos as recomendações do *Guia para jornalistas e redatores* editado pela Associação Pró-conceito de Gays e Lésbicas (2002). O manual debate o uso de termos controversos como “casamento gay”; “opção e desvio sexual” e “homossexualismo”, propondo, em seu lugar, as expressões “união civil”, “orientação sexual” e “homossexualidade”, respectivamente.

Para que o texto do programa seja compreensível a um maior número de pessoas iremos evitar o uso de termos e gírias comuns ao vocabulário usado por homossexuais em seu dia-a-dia.

5.7. A linguagem do programa

Por meio de imagens e sons, o telejornalismo tem uma forma bem específica de noticiar fatos. Nele, o evento é reportado através das falas de seus protagonistas e dos repórteres encarregados de cobri-lo. Nessa estrutura, a função do apresentador de um programa informativo veiculado pela TV consiste basicamente em ler as notícias e amarrar os vários enunciados, dando voz às pessoas envolvidas no fato.

Assim,

o telejornal (entendido aqui enquanto gênero televisual) não pode ser encarado como um simples dispositivo de reflexão dos eventos, de natureza especular, ou como um mero recurso de aproximação

daquilo que acontece alhures, mas antes como um efeito de mediação. A menos que nós próprios sejamos os protagonistas, os eventos surgem para nós, espectadores, mediados através de repórteres, porta-vozes, testemunhas oculares e toda uma multidão de sujeitos falantes considerados competentes para construir “versões” do que acontece (MACHADO, 2001, p. 102).

Nessa tarefa de mediar acontecimentos, o trabalho jornalístico para TV deve construir a informação costurando, junto com texto: vozes, registros visuais, música e arte gráfica gerada por computador. Nessa perspectiva, a escrita da reportagem para televisão deve complementar as informações visuais, remeter-se a elas, e não simplesmente repeti-las. Todo esforço deve ser realizado no sentido de se evitar que o texto soe redundante. A notícia tem que chegar ao telespectador de forma clara, precisa e interessante.

Como a linguagem apresentada por um programa deve estar em sintonia com o perfil de sua audiência, propomos para o programa *GUEI* uma edição inovadora, ágil e dinâmica, que fuja dos cânones “sisudos” apresentados pelos telejornais atuais.

5.8. O formato

O programa *GUEI* será gravado semanalmente e terá duração de quinze minutos, divididos em três blocos de cinco minutos cada, fora o tempo destinado aos intervalos comerciais. A apresentação será feita por **um âncora**, dentro do estúdio, e outros **dois repórteres**, responsáveis pelas matérias gravadas em externas.

Na abertura do programa, o âncora apresentará um texto opinativo sobre a principal reportagem a ser exibida naquele dia. Logo em seguida, lerá as manchetes daquela edição.

No primeiro bloco, serão apresentadas notas secas e cobertas narrando, resumidamente, as principais notícias relacionadas à homossexualidade publicadas durante semana anterior ao programa que está sendo exibido. Neste mesmo bloco, será veiculada também uma reportagem, gravada em externa, relacionada a uma das notas lidas anteriormente.

O segundo bloco será preenchido por uma entrevista em estúdio ou gravada em externa. No último bloco, uma reportagem apresentará aspectos da “subcultura homossexual” em alguma cidade brasileira. Após a veiculação dessa reportagem, o âncora lerá a chamada para a principal matéria que será exibida no programa da semana seguinte.

Entre as passagens de cada bloco, antes dos intervalos comerciais, o apresentador fará as chamadas das reportagens que serão veiculadas no bloco seguinte. Também serão criadas vinhetas para a abertura do programa, encerramento e passagens de blocos.

Vale ressaltar que as informações apresentadas na página anterior têm o objetivo de dar uma visão geral do programa *GUEI*. Sendo assim, caso o programa

venha a ser produzido, esse “modelo” poderá sofrer alterações estimuladas por: duração das reportagens; tempo dos intervalos comerciais; pesquisas de audiência que venham a ser realizadas; e horário de veiculação e emissora (o programa foi pensando para ser exibido no horário noturno, em dia de semana, num canal de TV por assinatura, com abrangência nacional).

Ser bicha é um estado de espírito,
de choque, de sítio
de graça.
É ter parte com o demônio,
aprendiz de feiticeiro.
É estar entre, no meio, ser meta-de
outros homens.

PAULO AUGUSTO DA SILVA,
poeta potiguar, 1977*

6. CONCLUSÃO

* SILVA (1977) *apud* TREVISAN (2002, p. 266-267).

Qualquer história da sexualidade é também uma história da interpretação cultural dada pela sociedade ao erotismo humano. Por exemplo, no Antigo Regime, não havia necessidade política, econômica e social de se distinguir o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo do relacionamento entre pessoas de sexo oposto. Até mesmo porque a interpretação dada ao corpo da mulher tornava inconcebíveis as noções de “sexos iguais” ou “sexos diferentes”. O corpo feminino era entendido como uma versão oposta e inferior do corpo masculino. No fundo, havia apenas um sexo indivisível: o do homem.

Contudo, pouco a pouco, enquanto o mundo cruzava o século XVIII, ocorreu uma mudança radical. A ciência da época separa homem e mulher em dois sexos completamente contrários. E, para um e outro, cria comportamentos, papéis, expectativas, pudores totalmente antagônicos.

A partir desse momento, a idéia de um sexo invertido e inferior recai sobre o conceito de homossexualidade. Uma idéia nascida para classificar todos os homens que se relacionavam amorosamente com outros homens. Todos os homossexuais passam a ser considerados, inquestionavelmente, efeminados. Anormais. Viciosos. Doentes. Indignos. Criminosos.

Assim, nasciam os estereótipos que deram origem ao atual posicionamento preconceituoso em relação à homossexualidade. Desde aquela época, vem se repetindo a mesma idéia: homossexualidade é aberração.

Contudo, as coisas tendem a mudar. Nos últimos 20 anos, a cultura homossexual no ocidente tem passado por mudanças. Muito disso graças à luta pela

construção de identidades gays positivas, levada a cabo pelo movimento GLBT no Brasil e no mundo.

Mesmo assim, não é difícil constatar a forte incidência de discriminação sobre gays e lésbicas, fruto de mais de dois séculos de preconceitos. A lógica é simples: como estamos mais dispostos a acreditar naquilo que nos é apresentado com maior frequência, nossa aprendizagem social faz com que fiquemos conformado com atitudes discriminatórias. Nesse sentido, aprendemos a ter um comportamento preconceituoso em diversos lugares. Na escola. Em casa. Na vizinhança. Na Igreja. No convívio com amigos e, por que não, na mídia também?

Controlados por grandes grupos econômicos, os meios de comunicação de maior audiência reapresentam a ideologia dominante, que, por sinal, diz respeito a uma visão de mundo *heterocêntrica*. Assim, a mídia geralmente pouco reflete sobre os modos como apresenta a homossexualidade. Replica estereótipos vigentes na sociedade, e, no caminho inverso, contribui para naturaliza-los. Tudo acontece como em um círculo vicioso que parece nunca ter fim. Será?

A pesquisa apresentada neste trabalho, despertou em nós algumas reflexões:

1) se o conceito de “homossexual” foi (mal) construído historicamente, pode-se, pelos mesmos caminhos, propor novos paradigmas a essa manifestação da sexualidade. Tal raciocínio vale também para a disseminação de estereótipos, já que, enquanto processo social, eles podem ser desconstruídos da mesma forma pela qual surgiram;

2) se a discriminação exerce um peso negativo sobre a vida dos homossexuais, a luta para erradicá-la é mais que justa e legítima;

3) se a “grande mídia” determina uma *cultura do silêncio* em relação aos grupos excluídos, entre eles, os homossexuais, a comunicação comunitária revela-se como uma saída possível.

E é sobre o conceito de comunidade que gostaríamos de jogar uma luz.

Do processo de identificar-se com o outro a partir de certas semelhanças, surge a comunidade da qual estamos falando, que também pode ser referenciada como “subcultura”. Trata-se de um fenômeno socialmente construído que ajuda muitas pessoas a lidarem com a alienação e o preconceito. Essa comunidade acredita que um mundo mais justo pode ser construído através de esforço coletivo, o que por sua vez permite que os indivíduos se organizem e lutem por mudanças sociais.

Nesse sentido, a subcultura homossexual pode ser pensada como uma forma de resistência na qual contradições e objeções à ideologia dominante são simbolicamente representadas através de determinados comportamentos como, por exemplo, a *subversão*. Cria-se um espaço para a livre expressão sexual, mesmo em face de discriminação e violência. Assim, membros de grupos estigmatizados como os homossexuais são capazes de romper com estereótipos negativos, desenvolvendo uma consciência grupal positiva, solidária com seus iguais.

A mídia, especialmente a TV, permanece desconsiderando a existência dessa subcultura. Prefere tão somente repetir aquilo que todo mundo pensa que sabe: homossexualidade é sinônimo de desqualificação social.

Por sua vez, o telejornalismo continua alheio ao assunto. Exatamente aqueles que lidam, todos os dias, com a informação e o esclarecimento das pessoas fazem-se de surdos, cegos, mudos às situações em que a homossexualidade pode tornar-se

pauta. Seria por medo? Constrangimento? Pudor? Falta de tato para lidar com o assunto? Ou seria apenas para que as coisas permaneçam do mesmo modo?

O caso específico da teledramaturgia mostra-se um pouco diferente. Atualmente, algumas novelas e programas de ficção apontam para um futuro em que o desejo homossexual será tratado com a mesma dignidade como devem ser enfocadas as minorias étnicas e raciais. Sim, isso é possível.

Unindo todas as sugestões, idéias, apontamentos, conceitos, premissas que nos surgiram ao logo deste trabalho chegamos ao programa *GUEI* – socialmente engajado no compromisso de tornar os homossexuais protagonistas de sua própria imagem. Ideologicamente sintonizado às reivindicações do movimento homossexual. Intimamente ligado com a subcultura GLBT. Assumidamente guei.

A princípio, nossa intenção era produzir um piloto desse programa. Por falta de recursos humanos, técnicos e financeiros, tivemos que adiar nossa idéia. Entretanto, buscamos planejar a maior parte das características necessárias a um produto televisual. Definimos o perfil do público a ser atingido; o formato do programa; assuntos a serem abordados; sugestões para o tratamento do texto, som e imagens. Tudo em nome de uma única conquista: erradicação de preconceitos sexuais. Uma tarefa difícil, sabemos. Porém, ainda que sejamos pessimistas teoricamente, temos a obrigação moral de sermos otimistas na prática. Nós somos.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS

ALLPORT, G. W. **The nature of prejudice**. Massachussets: Addison-Wesley, 1979.

ANDRADE, R. Dawson's creek no Brasil. **Mix Brasil**, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://mixbrasil.uol.com.br/extra!/dawson.htm>>. Acesso em: 26 set. 2004.

ANDRADE, R. Planeta G: diretora fala do programa de Silvetty Montilla. **GLX**, São Paulo, 23 jan. 2004. Disponível em: <<http://hosting.pop.com.br/glx/glx.php?artid=480>>. Acesso em: 26 set. 2004.

ARAÚJO, L. F. A homossexualidade dentro da telenovela. **Carta Maior Agência de Notícias**, São Paulo, 27 jul. 2003. Disponível em: <http://agenciartamaior.uol.com.br/agencia.asp?coluna=visualiza_arte&id=942>. Acesso em: 10 out. 2004.

ARIÈS, P. Reflexões sobre a história da homossexualidade. In: ARIÈS, P.; BEJIN, A. (Orgs.). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 77-92.

ARONSON, E. Prejudice. In: **The social animal**. New York: Worth Publishers: Freeman and Company, 1999, p. 304-363.

ASSOCIAÇÃO PRÓ-CONCEITO DE GAYS E LÉSBICAS, São Paulo. **Guia para jornalistas e redatores**. São Paulo: 2002. [no prelo].

ASSUMPÇÃO, M. H. O. O; BOCCHINI, M. O. **Para escrever bem**. São Paulo: Manole, 2002.

ASSUMPÇÃO, R. Na mira do mercado. In: RIOS, L. F. et al. (Orgs.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: Abia, 2004, p. 136-137.

AZULGARAY, P. Comando G: mundo GLS ganha cobertura ainda tímida na tevê. **IstoÉ Gente Online**, São Paulo, n. 53, jul. 2000. Disponível em: <http://www.zaz.com.br/istoegente/53/divearte/tv_comandog.htm>. Acesso em: 26 set. 2004.

BADINTER, E. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BARBEIRO, H.; LIMA, P. R. **Manual de telejornalismo**. Rio de Janeiro: Excelsior, 2002.

BARCELOS, J. D. M. **(Con)sumindo a diferença**: a homossexualidade entre a visibilidade e a massificação. 1998. 159 fls. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Departamento de Psicologia, Puc-Rio, Rio de Janeiro, 1998.

BERNARDET, J. C. Ser ou não ser, eis a questão. In: PINSKY, J. (Org.). **12 Faces do preconceito**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 29-42.

BORGES, F. M.; LIMA, E. **O consumidor saindo do armário**: o público gay e a mídia. São Paulo: L2 Pesquisas e Comunicação, 1999. [no prelo].

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Programa Nacional de Direitos Humanos II. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD. **Programa Brasil sem homofobia**: combate à violência e à discriminação contra GLTBs e promoção da cidadania homossexual. Brasília, 25 maio 2004.

BREED, W. Controlo social na redação. Uma análise funcional. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Lisboa: Veja, 1993. (Coleção Comunicação e Linguagens).

CAETANO, N. L.; COSTA, B. A. L. **Comunicação para formar cidadãos**: a experiência da Escola de Cidadania. 2002. 125 fls. Projeto experimental (Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2 sem. 2002.

COMPARATO, D. **Da criação ao roteiro**. 5 ed. (rev. e atual.). Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

COSTA, J. F. **A face e o verso**: estudos sobre o homoerotismo II. São Paulo: Escuta, 1995.

DUARTE-PLON, L. Pink TV: gays conquistam a TV francesa. **Observatório da Imprensa**, São Paulo: 17 mar. 2004. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos.asp?cod=264QTV001>>. Acesso: 26 set. 2004.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS – Fenaj, Brasília. **Código de ética dos jornalistas brasileiros**. Brasília, 1987. Disponível em: <http://www.fenaj.org.br/Leis/Codigo_de_Etica.htm>. Acesso em: 19 dez. 2004.

FENANDES, M. **A mídia e a opção sexual**. São Paulo: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2002. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/home>>. Acesso em: 30 nov. 2004.

FERRARI, A. Mãe! E a tia Lu? É menino ou menina?: corpo, imagem e educação. In: NÚCLEO TRANSDISCIPLINAR DE ESTUDOS DE GÊNERO – Nuteg, Niterói. **Gênero**. Niterói: EdUFF, v.4, n.1, p. 115-132, 2 sem. 2003.

FISCHER, A. A influência da mídia na formação da identidade homossexual brasileira. In: RIOS, L. F. et al. (Orgs.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: Abia, 2004, p. 138-139.

FISCHER, R. M. B. **Televisão & educação**: fruir e pensar a TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FRY, P.; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).

FURLANI, J. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. Florianópolis: Cepec, 1998.

GAY pride 2004. **Mix Brasil**, São Paulo, 2004. Disponível em:
<<http://mixbrasil.uol.com.br/pride/gaypride2004.asp>>. Acesso em: 16 dez. 2004.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GONÇALVES, L. C. **Matou a bicha e foi ao cinema – a representação da homossexualidade nos programas televisivos populares**: um estudo sobre ética, violência e educação na mídia brasileira. 2000. 196 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

GONTIJO, F. Imagens identitárias homossexuais, carnaval e cidadania. In: RIOS, L. F. et al. (Orgs.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: Abia, 2004, p. 63-68.

GOULART, G. TV mais do que assumida. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 out. 2001, caderno B. Disponível em:
<<http://jbonline.terra.com.br/jb/papel/cadernob/2001/10/24/jorcab20011024001.htm>>. Acesso em: 26 set. 04.

GREEN, J. **Além do carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. São Paulo: Unesp, 1999.

HARDT, M.; NEGRI, A. **Império**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2001.

JIMENEZ, K. DirectTV planeja canal gay. **O Estados de São Paulo**, São Paulo, 11 mar. 2003. Disponível em:
<<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/asp1507200398.htm>>. Acesso em: 06 mar. 2004.

KLINGER, K. Homossexualidade e criança. **Folha de São Paulo**, caderno Folha Equilíbrio, p. 5-8, 28 jun. 2002.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2001.

LEKITSCH, S. O poder do dinheiro gay. **G Magazine**, São Paulo, ano 4, n. 39, dez. 2000.

MACHADO, A. **A televisão levada a sério.** 2. ed. São Paulo: Senac, 2001.

MACLUHAN, M. **Os meios de comunicação como extensão do homem.** Trad. Délcio Pignatari. São Paulo: Cultrix, 1988.

MANZINI-COVRE, M. L. **O que é cidadania.** São Paulo: Brasiliense, 2001. (Coleção Primeiros Passos).

MAZZARO, M. Entre dois mundos: entrevista com Roberto Da Matta. **Sui Generis**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 45, p. 25-27, out. 1999.

MORENO, A. **A personagem homossexual no cinema brasileiro.** Rio de Janeiro: Funart; Niterói: EdUFF, 2001.

MOTT, L. Os homossexuais: as vítimas principais da violência. In: VELHO, G.; ALVITO, M. (Orgs.). **Cidadania e violência.** Rio de Janeiro: UFRJ: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 99-146.

MOTT, L. **Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil.** Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2000a.

MOTT, L. Violência antigay tem cura. [s.l: s.n.]. **Sui Generis Online**, 1 out. 2000b. Acesso em: 15 out. 2000. [O site *Sui Generis Online* não se encontra mais disponível na web].

MOTT L.; CERQUEIRA, M. **Causa mortis: homofobia.** Violação dos direitos humanos e assassinato de homossexuais no Brasil 2000. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2001.

MOTT, L.; CERQUERIA, M. **Matei porque odeio gay**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 2003. (Coleção Gaia Ciência).

MOTT, L.; YONARA, Z. **Violação de direitos humanos e assassinatos de homossexuais no Brasil 1998**. Salvador: Grupo Gay da Bahia, 1999.

MOVIMENTO GAY DE MINAS - MGM, Juiz de Fora. **Os 10 fundamentos do MGM**. Juiz de Fora, 2004. Disponível em: <<http://www.mgm.org.br/Crenças.htm>>. Acesso em: 19 dez. 2004.

MYERS, D. G. Preconceito: o ódio ao próximo. In: **Psicologia social**. Rio de Janeiro: LTC, 2000, p. 181-206.

NAUSSBAUMER, G. M. Cultura e identidade gay: a diferença do múltiplo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 23, 2000, Campo Grande, MS. **Banco de textos**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2000. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/xxiv-ci/np13/NP13NUSSBAUMER.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2004.

NUNAN, A. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansai, 2003.

O RELATÓRIO “Folha” da sexualidade brasileira. **Folha de São Paulo**, caderno Mais!, p. 4-11, 18 jan. 1998.

PARKER, R. **Corpos, prazeres e paixões**: cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1992.

PATERNOSTRO, V. L. **O texto na TV**: manual de telejornalismo. São Paulo: Campus, 2002.

PEREIRA, C. S. Adolescente, feminino, plural: um corpo em construção. In: NÚCLEO TRANSDISCIPLINAR DE ESTUDOS DE GÊNERO – Nuteg, Niterói. **Gênero**. Niterói: EdUFF, v.4, n.1, p. 151-168, 2 sem. 2003.

PERUZZO, C. M. K. Comunicação comunitária e educação para a cidadania. In: **Pensamento Comunicacional Latino-Americano**: revista científica digital – PCLA. São Paulo: Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional: UNESP, v. 4, n. 1, out./dez. 2002. Disponível em: <<http://www2.metodista.br/unesco/PCLA/revista13/artigos%2013-3.htm>>. Acesso em: 02 dez. 2004.

PESQUISA Mix Brasil 2004. **Mix Brasil**, São Paulo, 2004. Disponível em: <<http://mixbrasil.uol.com.br/pesquisa/2004/resultado2004.asp>>. Acesso em: 10 dez. 2004.

PETERMANN, C. Os assumidos da TV. **G Magazine**, São Paulo, ano 34, n. 3, p. 86-90, set. 00.

PRIMEIRO canal gay da TV paga ficou "escondido". **Folha de São Paulo Online**, São Paulo, 13 jun. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u44959.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2004.

RIOS, L. F. et al. (Orgs.). **Homossexualidade**: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: Abia, 2004.

RODRIGUES, A. et al. Preconceito, estereótipo e discriminação. 18 ed. (reform.) In: **Psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 147-176.

SAITO, B.; STIVALETTI, T. Canais de TV e anunciantes rejeitam rótulo "gay". **Folha de São Paulo Online**, São Paulo, 13 jun. 2004. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada/ult90u44961.shtml>>. Acesso em: 16 jun. 2004.

SILVA, W. H. **O PSTU e a homossexualidade**. São Paulo: Secretaria Nacional de Gays, Lésbicas e Homossexuais do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado – PSTU, 1994. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/gaylesb_artigo-01.asp>. Acesso em: 15 mar. 2004.

SINGER, B. Gays na TV: arco-íris de araque. **Observatório da Imprensa**, São Paulo, 04 jul. 2001. Disponível em: <<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/artigos/qtv040720011.htm>>. Acesso em: 10 ou. 2004.

SOUZA, C. A. C. A homossexualidade ao longo dos tempos. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, [s.l.], v. 38, n. 6, p. 321-326, nov./dez. 1989.

SPENCER, C. **Homossexualidade**: uma história. Trad. Rubem Mauro Machado. 2 ed. Florianópolis: UFSC, 1990.

SQUIRRA, S. C. M. **Aprender telejornalismo**: teoria e técnica. São Paulo: Brasiliense, 2003.

STEFFEN, L. F. O mundo gay nas novelas. **Mix Brasil**, São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://mixbrasil.uol.com.br/cultura/especiais/novelas.asp>>. Acesso em: 10 out. 2004.

SULLIVAN, A. **Praticamente normal**: uma discussão sobre o homossexualismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TREVISAN, J. S. Carta a Brasília. **Sui Generis**, Rio de Janeiro, ano 4, n. 30, p. 46-47, jul. 1998.

TREVISAN, J. S. Ser adolescente gay é uma barra. **G Magazine**, São Paulo, ano 4, n. 35, p. 21, ago. 2000.

TREVISAN, J. S. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro: Record, 2002.

VELLOSO, B. A minoria vai à luta: idéias e opiniões sobre o homossexualismo. **Revista Época**, Rio de Janeiro, n. 35, 10 jan. 1999.

WYATT, C. Canal de TV para o público gay é lançado na França. São Paulo, **BBC Brasil**, 25 out. 2004. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/divirtase/noticias/2004/out/25/105.htm>>. Acesso: 26 out. 2004.